Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores 4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração 6

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores 7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras 8

3.2 - Medições não contábeis 9

3.3 - Eventos subsequentes às DFs 12

3.4 - Política destinação de resultados 13

3.5 - Distribuição de dividendos 14

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas 15

3.7 - Nível de endividamento 16

3.8 - Obrigações 17

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras 18

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco 19

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado 26

4.3 - Processos não sigilosos relevantes 27

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest 69

4.5 - Processos sigilosos relevantes 73

4.6 - Processos repetitivos ou conexos 75

4.7 - Outras contingências relevantes 76

4.8 - Regras-país origem/país custodiante 77

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 78

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 79

5.3 - Descrição - Controles Internos 81

Índice

5.4 - Programa de Integridade 83
5.5 - Alterações significativas 84
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 85

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM 86
6.3 - Breve histórico 87
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação 88
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico 89

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas 90
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista 91
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais 92
7.3 - Produção/comercialização/mercados 94
7.4 - Principais clientes 97
7.5 - Efeitos da regulação estatal 98
7.6 - Receitas relevantes no exterior 100
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira 101
7.8 - Políticas socioambientais 102
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades 103

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante 104
8.2 - Alterações na condução de negócios 105
8.3 - Contratos relevantes 106
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 107

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante 108
9.1.a - Ativos imobilizados 109
9.1.b - Ativos Intangíveis 110
9.1.c - Participação em sociedades 117
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev. 119

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 120

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro 122
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 123
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 124
10.5 - Políticas contábeis críticas 125
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 130
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 131
10.8 - Plano de Negócios 132
10.9 - Outros fatores com influência relevante 133

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 134
11.2 - Acompanhamento das projeções 135

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa 136
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias 142
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA 149
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos 150
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF 151
12.7/8 - Composição dos comitês 157
12.9 - Relações familiares 158
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle 159
12.11 - Acordos /Seguros de administradores 163
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm 164

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração 165
13.2 - Remuneração total por órgão 167
13.3 - Remuneração variável 171
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações 172
13.5 - Remuneração baseada em ações 173
13.6 - Opções em aberto 174
13.7 - Opções exercidas e ações entregues 175
13.8 - Precificação das ações/opções 176

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão 177
13.10 - Planos de previdência 178
13.11 - Remuneração máx, mín e média 179
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização 180
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem. 181
13.14 - Remuneração - outras funções 182
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada 183
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração 184

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 185
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos 186
14.3 - Política remuneração dos empregados 187
14.4 - Relações emissor / sindicatos 188
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos 189

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária 190
15.3 - Distribuição de capital 201
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 202
15.5 - Acordo de Acionistas 203
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm 204
15.7 - Principais operações societárias 205
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico 206

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel. 207
16.2 - Transações com partes relacionadas 208
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade 209
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas 210

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social 211
17.2 - Aumentos do capital social 212
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação 213
17.4 - Redução do capital social 214

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social 215

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 216

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto 217

18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos 218

18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários 219

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 220

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 221

18.6 - Mercados de negociação no Brasil 222

18.7 - Negociação em mercados estrangeiros 223

18.8 - Títulos emitidos no exterior 224

18.9 - Ofertas públicas de distribuição 225

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas 226

18.11 - Ofertas públicas de aquisição 227

18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários 228

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra 229

19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria 230

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 231

20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação 232

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação 233

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos 234

21.2 - Descrição - Pol. Divulgação 237

21.3 - Responsáveis pela política 239

21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação 240

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Tiago Silveira do Pinho**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Fernando Ataide Silva Jorge**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Eu, **Tiago Silveira do Pinho**, na qualidade de Diretor Presidente da Minupar Participações S.A., declaro: que revi o Formulário de Referência da Companhia; que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Tiago Silveira do Pinho

Diretor Presidente

Eu, **Marcia Macedo Meireles**, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da Minupar Participações S.A., declaro que revi o Formulário de Referência da Companhia; que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Marcia Macedo Meireles

Diretora de Relações com Investidores

Fernando Ataide Silva Jorge, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Minupar Participações S.A., declara que reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência da Companhia, após a data da sua posse, e estas atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

Fernando Ataide Silva Jorge

Diretor de Relações com Investidores

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1236-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	21.601.212/0001-02
Período de prestação de serviço	26/04/2018
Descrição do serviço contratado	Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021, 30 de setembro de 2021 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2021.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Remuneração anual dos auditores - R$ 101.101,56, referente a honorários para os serviços de revisão especial às informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021, 30 de setembro de 2021 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercicio de 2021.
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
SERGIO LAURIMAR FIORAVANTI	26/04/2018	363.631.380-00	Avenida Nilo Peçanha, nº 724, Sala 502, Bela Vista, Cruzeiro do Sul, Brasil, CEP 90470-000, Telefone (51) 21251400, e-mail: sergio.fioravanti@btrs.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	-375.709.000,00	-393.022.000,00	-359.992.000,00
Ativo Total	244.123.000,00	199.872.000,00	183.905.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	259.813.000,00	235.584.000,00	199.562.000,00
Resultado Bruto	73.457.000,00	66.838.000,00	44.745.000,00
Resultado Líquido	16.573.000,00	-33.030.000,00	-67.027.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	7.100.000	7.100.000	7.100.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-52,916800	-55,355200	-50,703100
Resultado Básico por Ação	2,334200	-4,652100	-9,440400
Resultado Diluído por Ação	2,33	-4,65	-9,44

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Medições não contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis.

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) e EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado, este último acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa, tais medidas são utilizadas pela Companhia como forma de mensurar seu desempenho, estas medidas são elaboradas em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), conciliada com as suas demonstrações contábeis.

O EBIT pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações, já o EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado é acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa.

A Administração da Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são medidas práticas para mensurar o seu desempenho operacional e permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor.

Seguem abaixo os valores de EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Medições não contábeis	31/12/20	31/12/19	31/12/18
EBIT	31.443	(20.836)	(54.421)
EBITDA	37.853	(14.835)	(48.405)
EBITDA ajustado	41.849	38.771	24.339

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

financeiras auditadas.

O quadro a seguir apresenta a conciliação entre o resultado líquido divulgado nas demonstrações financeiras auditadas com o EBIT, EBITDA e o EBITIDA ajustado, relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Cálculo do EBITDA ajustado - Em R$ mil	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Prejuízo líquido	**16.573**	**(33.030)**	**(67.027)**
(+ / -) Impostos correntes / (Impostos diferidos)	7.704	754	-
(+) Juros e atualizações monetárias	7.166	11.440	12.606
EBIT	**31.443**	**(20.836)**	**(54.421)**
(+) Depreciações e amortizações	6.410	6.001	6.016
EBITDA	**37.853**	**(14.835)**	**(48.405)**
(+ / -) Provisões / (Reversões)[1]	1.840	10.430	9.012
(+ / -) Despesas / (Receitas) não recorrentes[2]	2.156	43.176	63.732
EBITDA ajustado	**41.849**	**38.771**	**24.339**

(1) Refere-se a provisões e ou reversões de contingências ou perda na avaliação de ativos, seja recebível ou ativos operacionais.
(2) Refere-se a despesas ou receitas não recorrentes registradas no exercício.

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

A Companhia utiliza o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado como indicadores não contábeis, pois acredita serem medidas práticas para medir seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto em seu fluxo de caixa.

A Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado são informações adicionais às suas demonstrações contábeis, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não devem ser utilizadas como base de distribuição de dividendos ou como

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, tampouco como indicadores de liquidez.

O EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados ou revisados.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembléia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado		0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total		0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido		0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária			0,00					
Dividendo Obrigatório								
Ordinária					0,00		0,00	

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Nos três últimos exercícios sociais não houve distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	619.832.000,00	Índice de Endividamento	2,54000000	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Outras	93.000,00	312.000,00	0,00	0,00	405.000,00
Total			93.000,00	312.000,00	0,00	0,00	405.000,00
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

a) Ao emissor

O emissor e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas e podem obter resultados desfavoráveis em alguns desses processos. O emissor e suas controladas estão tomando medidas com vistas a regularizar ou suspender a exigibilidade de certos débitos tributários, e evitar o ajuizamento e/ou prosseguimento de execuções fiscais contra ela e a exigibilidade de prestação de garantias no âmbito de tais execuções, sendo que, caso o emissor ou suas controladas não logrem êxito nessas medidas, é possível que tenham que efetuar desembolsos ou prestar garantias em juízo.

O emissor e suas controladas praticam uma consistente política de seguros, por meio da qual são contratadas diversas apólices de seguro junto a seguradoras brasileiras, idôneas, líderes em seus mercados de atuação, com cobertura para seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, o emissor e suas controladas possuem apólices de seguro contratadas, com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, frota de veículos, lucros cessantes, entre outros.

É política do emissor, assegurar a contratação de seguros afim de resguardar seu patrimônio.

b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O acionista controlador da Companhia, tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcelamentos, parcerias e época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcelamentos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

interesses dos demais investidores da Companhia e causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

c) A seus acionistas

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

O emissor pode necessitar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia, poderá resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

d) A suas controladas e coligadas

As controladas e coligadas da Companhia estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Contrato de prestação de serviço

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos possui como sua principal atividade o contrato para prestação de serviços relacionados a produção de matrizes, produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial, este “contrato de prestação de serviço” está sujeito a risco de eventuais rompimentos ou não renovação.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Variação no custo dos insumos e gastos gerais de produção

Dentre os componentes para formação dos custos de produção ou custos para prestação de serviços, estão sujeitos a oscilações de preços os custos dos insumos, custos de energia elétrica, custos de manutenção e gastos com reposição, reclamatórias e benefícios a empregados.

Risco cambial e oscilação de preço

Como parte das operações da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, há uma parcela das vendas que são destinadas à exportação, estas estão sujeitas a oscilação da taxa de cambio praticada no momento da venda, sendo sempre vinculada ao Dólar americano, e sobre a parcela das vendas destinadas ao mercado interno há o risco relacionado a variável “preço de venda”, pois no mercado de atuação existe forte concorrência e isso faz com que os preços se ajustem para o produto ser competitivo com outros grandes *“players”* concorrentes.

Riscos ambientais

A Companhia está sujeita a leis abrangentes, regulamentos, autorizações e licenciamentos federais, estaduais e municipais, relativos à interferência em áreas protegidas, ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas e barulho, entre outros, os quais afetam os seus negócios

Novas exigências ambientais, interpretações mais rigorosas dos requisitos ambientais existentes, podem ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia, sua condição financeira, seus resultados de operações e seus fluxos de caixa.

Exigências fiscais governamentais

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui risco de exigências quanto a cobranças de dívidas fiscais e descumprimento de acordos já solicitados à Receita Federal do Brasil através de pedidos de parcelamentos, estes riscos caso ocorram podem acarretar na perda de benefícios já concedidos através redução de multa, juros e encargos legais, assim como compensação de débitos com prejuízos fiscais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

e) A seus fornecedores

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela controlada Companhia Minuano de Alimentos é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para os negócios e resultados do emissor.

f) A seus clientes

A controlada Companhia Minuano de Alimentos está sujeita a reclamações de consumidores e a reposição de produtos, o que pode afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, negócios e resultados, acarretando um efeito adverso para a companhia.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos produz e vende alimentos para consumo humano, o que envolve riscos, tais como contaminação e perecimento. Caso a Companhia venha a ser responsabilizada em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar alguma *reposição* de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos relevantes de *reposição*, explicações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações.

Mesmo que não sejam responsabilizadas em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para a Companhia, seus negócios e resultados.

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

O segmento de mercado em que a controlada Companhia Minuano de Alimentos atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso às regiões metropolitanas de algumas dessas companhias. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas e/ou

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

fazer com que tenha que reduzir seus preços, ou, ainda, que não provoque margens de lucro menores.

A maior parte da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A concentração do mercado varejista em grandes empresas, o que a Companhia acredita ter sido uma tendência mundial e verificada no Brasil, ainda que em menor intensidade, aumenta o poder de barganha dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor, inclusive da Companhia e de suas controladas. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, a continuidade do fenômeno de concentração dos setores varejistas pode provocar a diminuição da base de clientes, incluindo a da Companhia, elevando sua dependência aos grandes grupos varejistas muito acima dos patamares que historicamente as mesmas têm mantido, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais e à regulamentação de órgãos como, Ministério da Agricultura e Ministério do Trabalho, relativamente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

outra forma em decorrência de descumprimento da regulamentação poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Dentre os principais mercados de atuação, podemos citar países localizados no continente Africano, onde a instabilidade financeira pode acarretar a interrupção nas operações comerciais. Além disso, podemos citar os países localizados em zonas onde há instabilidade política gerada por conflitos religiosos que podem gerar restrições quanto a entrega do container no porto/bloqueios do governo quanto a recebimento da mercadoria. Pode-se citar também as questões sanitárias como por exemplo, os surtos de Gripe Aviária verificados em diferentes países, e também o estado de pandemia mundial, os quais podem impactar nas transações comerciais do mercado externo.

j) A questões socioambientais

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental. A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações ambientais poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da legislação ambiental poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Neste sentido, a controlada Companhia Minuano está sempre alerta aos impactos ambientais que suas unidades podem causar, realizando constante monitoramento e revitalizações no que se refere ao trato aos resíduos oriundos do processo produtivo.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

DESCRIÇÃO DOS RISCOS DE MERCADO

O emissor e suas controladas têm como prática de gestão a análise e monitoramento constante dos riscos aos quais estão expostos e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Administração constantemente monitora as mudanças no cenário econômico, político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de *performance*.

O emissor e suas controlada entendem que no cenário atual, os riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência contemplam a totalidade de condições desfavoráveis que podem ser considerados como riscos à companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos recursais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos assessores jurídicos da Companhia e sociedades controladas.

As contingências avaliadas com risco de perda “provável” são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas, sendo que as provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos. Registra-se, no entanto, que a chance de perda diz respeito a um aspecto estimativo, não importando, portanto, em qualquer assunção de obrigação.

Abaixo são destacados os processos em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes individualmente.

a) Processos de natureza tributária:

A Companhia e suas controladas são parte em ações fiscais (judiciais e administrativas), sendo que tais processos estão vinculados a tributos cuja

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

cobrança está sendo discutida em cada âmbito, todavia, uma considerável parcela refere-se a processos de parcelamentos fiscais (sejam estaduais, sejam federais), dos quais os respectivos saldos encontram-se devidamente registrados no Balanço Patrimonial da empresa, estes contendo atualização de multa e juros quando aplicável (SELIC).

a.1)

Processo nº	**0064091-31.2014.4.01.340**
a. Juízo	22ª Vara Federal de Brasília
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	12/09/2014
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 371.720.124,89
f. Principais fatos	(Crédito Prêmio de IPI) No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo mantido no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF. Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência. A Controlada, através de seus assessores jurídicos,

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, consequentemente, não reconheceu o direito ao crédito à Controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). Interposto recurso de apelação pela Companhia. Remessa dos autos ao E. TRF1 (Desembargador Relator Marcos Augusto). Aguarda-se julgamento.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 371.720.124,89

a.2)

Processo nº	**0062699-22.2015.4.01.3400**
Juízo	22ª Vara Federal de Brasília
Instância	1º Grau
Data de instauração	21/10/2015
Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 65.089.532,04
Principais fatos	Parcelamento (MP 470) - Débitos compensados com os créditos-prêmio de IPI concedidos por meio de decisão judicial, processo nº 87.00.001354-4. Consta decisão postergando a análise da liminar para após a contestação. Manifestação da União requerendo o reconhecimento de relação da ação com a ação nº 0064091-31.2014.4.01.3400, visando julgamento conjunto de tais. Apresentada contestação pela União.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Apresentada réplica pela empresa. Aguarda-se prolação de sentença.
Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 65.089.532,04

a.3)

Processo nº	**0053960-05.2005.8.26.0224 (224.01.2005.053960)**
Juízo	2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Guarulhos/SP
Instância	1º Grau
Data de instauração	31/08/1999
Partes no processo	Fazenda do Estado do São Paulo e Frigumz Alimentos S/A. (antiga denominação social da companhia controlada – Companhia Minuano de Alimentos)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 145.027.070,08
Principais fatos	Execução Fiscal relativa a glosa de Créditos de ICMS, com autuação fiscal mediante arbitramento sobre as operações mercantis efetivadas no Estado de São Paulo, em decorrência da não apresentação, na oportunidade, da documentação fiscal (3ª via das NFs de vendas em São Paulo) que se encontravam na sede da Companhia, na cidade de Jaraguá do Sul (SC)
Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável - De acordo com a posição dos assessores jurídicos da Companhia a previsão de perda é provável, tendo em vista a existência de determinação de bloqueio judicial por meio do sistema Bacenjud, pois a matéria levantada em sede de Pré-Executividade não tem força para desconstituir o título executivo, conforme decisão anterior do processo administrativo.
Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 145.027.070,08

a.4)

Processo nº	**5004929-20.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	09/08/2006

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 9.458.279,06
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 9.458.279,06

a.5)

Processo nº	**5005166-54.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	30/01/2004
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.010.925,53
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 2.010.925,53

a.6)

Processo nº	**5003024-67.2018.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	17/05/2018
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 14.987.108,18
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 14.987.108,18

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

a.7)

Processo nº	**5002690-38.2015.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	24/06/2015
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.803.656,60
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 3.803.656,60

a.8)

Processo nº	**5000923-91.2017.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	23/02/2017
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.735.279,04
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 3.735.279,04

a.9)

Processo nº	**5003799-87.2015.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	18/08/2015
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 4.613.975,60
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 4.613.975,60

a.10)

Processo nº	**5002006-21.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	14/04/2009
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 7.496.562,67
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 7.496.562,67

a.11)

Processo nº	**5002001-96.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	16/03/2009
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 10.628.145,39
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 10.628.145,39

a.12)

Processo nº	**5002507-72.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	18/04/2001

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 631.786,83
f. Principais fatos	Objeto: PIS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 631.786,83

a.13)

Processo nº	**5005167-39.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	30/01/2004
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 6.747.245,71
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 6.747.245,71

a.14)

Processo nº	**5003955-41.2016.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	17/08/2016
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e INSS
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 159.009,18
f. Principais fatos	Objeto: AAuxílio acidentário
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 159.009,18

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

a.15)

Processo nº	**5000853-21.2010.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	23/09/2010
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 7.045.634,74
f. Principais fatos	Objeto: COFINS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 7.045.634,74

a.16)

Processo nº	**5002151-77.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	30/11/2004
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 74.424,64
f. Principais fatos	Objeto: II e IPI
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 74.424,64

a.17)

Processo nº	**5007296-17.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	10/10/2012
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 12.772.244,36
f. Principais fatos	Objeto: IRPJ e Contribuição Social

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 12.772.244,36

a.18)

Processo nº	**5004796-07.2014.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	04/06/2014
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.098.203,27
f. Principais fatos	Objeto: IRPJ, COFINS e PIS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 2.098.203,27

a.19)

Processo nº	**5005219-35.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	15/06/2012
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.607.308,55
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 1.607.308,55

a.20)

Processo nº	**5005346-94.2017.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	19/10/2017

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.455.011,63
f. Principais fatos	Objeto: FGTS e Contribuição Social
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 1.455.011,63

a.21)

Processo nº	**5008475-83.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	18/12/2012
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 51.838,26
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 51.838,26

a.22)

Processo nº	**5001393-93.2015.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	06/04/2015
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 951.909,68
f. Principais fatos	Objeto: PIS e COFINS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 951.909,68

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

a.23)

Processo nº	**5001824-35.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	17/02/2004
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$124.290,74
f. Principais fatos	Objeto: II
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$124.290,74

a.24)

Processo nº	**5001825-20.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	25/02/2004
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$86.494,71
f. Principais fatos	Objeto: IPI
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$86.494,71

a.25)

Processo nº	**5003536-55.2015.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	04/08/2015
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 34.090,55
f. Principais fatos	Objeto: Multa

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 34.090,55

a.26)

Processo nº	**5005868-29.2014.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	01/08/2014
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 870.674,24
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 870.674,24

a.27)

Processo nº	**5000572-21.2017.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	03/02/2017
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.055.415,58
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 1.055.415,58

a.28)

Processo nº	**5003330-47.2015.4.04.7209**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	22/03/2001

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 53.435,89
f. Principais fatos	Objeto: Empréstimos compulsórios energia elétrica
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 53.435,89

a.29)

Processo nº	**5000696-04.2017.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	09/02/2017
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$142.454.161,09
f. Principais fatos	Objeto: Multa, PIS, COFINS, IRPJ e Contribuição Social
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$142.454.161,09

a.30)

Processo nº	**5000172-07.2017.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	12/01/2017
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 30.936.431,43
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 30.936.431,43

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

a.31)

Processo nº	**5007313-53.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	10/02/2012
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 31.513.076,08
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 31.513.076,08

a.32)

Processo nº	**5002976-21.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	25/05/2009
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 30.356.732,63
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 30.356.732,63

a.33)

Processo nº	**5004733-50.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	12/06/2012
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$10.684.087,52
f. Principais fatos	Objeto: IRPJ, COFINS, PIS

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$10.684.087,52

a.34)

Processo nº	**5003750-51.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	26/07/2006
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 10.253.134,74
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 10.253.134,74

a.35)

Processo nº	**5003100-33.2014.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	28/03/2014
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 8.302.647,48
f. Principais fatos	Objeto: IRPJ, COFINS, PIS e Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 8.302.647,48

a.36)

Processo nº	**5004718-13.2014.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

c. Data de instauração	03/06/2014
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$3.928.062,21
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$3.928.062,21

a.37)

Processo nº	**5001413-21.2014.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	10/02/2014
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.673.232,41
f. Principais fatos	Objeto: IRPJ, COFINS, PIS e Multa
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 2.673.232,41

a.38)

Processo nº	**5002513-79.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	02/05/2001
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.245.506,78
f. Principais fatos	Objeto: COFINS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 2.245.506,78

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

a.39)

Processo nº	**5002508-57.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	27/04/2001
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.015.702,80
f. Principais fatos	Objeto: COFINS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 2.015.702,80

a.40)

Processo nº	**5000588-14.2013.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	18/02/2013
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.923.088,83
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 1.923.088,83

a.41)

Processo nº	**5004636-16.2013.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	06/11/2013
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 858.252,84
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 858.252,84

a.42)

Processo nº	**5004484-65.2013.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	30/10/2013
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 836.449,40
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 836.449,40

a.43)

Processo nº	**5004868-62.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	15/04/2005
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 794.145,29
f. Principais fatos	Objeto: II e Multa CLT
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 794.145,29

a.44)

Processo nº	**5005093-48.2013.4.04.7114**
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	2º Grau

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

c. Data de instauração	24/03/2017
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 219.339,99
f. Principais fatos	Objeto: Contribuição Social
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 219.339,99

a.45)

Processo nº	**5005102-10.2013.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	27/11/2013
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 203.831,36
f. Principais fatos	Objeto: Multa
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 203.831,36

a.46)

Processo nº	**5001800-70.2013.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	29/04/2013
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 77.342,61
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 77.342,61

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

a.47)

Processo nº	**5001309-68.2010.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	17/12/2010
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 72.126,97
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 72.126,97

a.48)

Processo nº	**5006515-53.2016.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	07/12/2016
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 56.484,94
f. Principais fatos	Objeto: Multa
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 56.484,94

a.49)

Processo nº	**5006448-30.2012.4.04.7114**
a. Juízo	
b. Instância	
c. Data de instauração	
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 4.880.493,12
f. Principais fatos	Objeto: Multa CLT

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 4.880.493,12

a.50)

Processo nº	**0020509-69.2016.5.04.0772**
i. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
j. Instância	2º Grau
k. Data de instauração	06/05/2016
l. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
m. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 74.942,73
n. Principais fatos	Objeto: Multa CLT
o. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
p. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 74.942,73

a.51)

Processo nº	**5005188-15.2012.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	04/07/2002
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 43.754,21
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 43.754,21

a.52)

Processo nº	**5007807-44.2014.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	17/11/2014

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 36.126,29
f. Principais fatos	Objeto: Multa
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 36.126,29

a.53)

Processo nº	**5002451-05.2013.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	11/06/2013
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 20.689,39
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 20.689,39

a.54)

Processo nº	**5004109-64.2013.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	14/10/2013
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 20.035,60
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 20.035,60

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

a.55)

Processo nº	**5005821-19.2018.4.04.7113**
a. Juízo	4ª Vara Federal de Caxias do Sul
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	06/12/2018
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e ANTT
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 812,35
f. Principais fatos	Objeto: Multa
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 812,35

a.56)

Processo nº	**5002453-72.2013.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	11/06/2013
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 111,18
f. Principais fatos	Objeto: Contribuições Previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 111,18

a.57)

Processo nº	**5007550-73.2019.4.04.7104**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	14/10/2019
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e Conselho Regional de Química da 5ª Região
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.731,66
f. Principais fatos	Objeto: Multa
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 5.731,66

a.58)

Processo nº	**5002885-81.2019.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	26/06/2019
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.442.392,59
f. Principais fatos	Objeto: FGTS e Contribuição Social
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 1.442.392,59

a.59)

Processo nº	**0047032-16.2005.8.24.0023**
a. Juízo	3ª Vara Cível de Florianópolis/SC
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	22/11/2005
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e SESI/SC
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 177.487,96
f. Principais fatos	Objeto: Saldo remanescente de parcelamento
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 177.487,96

a.60)

Processo nº	**0902029-17.2018.8.24.0036**
a. Juízo	Vara da Fazenda Pública de Jaraguá do Sul
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	02/08/2018
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e Município de Jaraguá do Sul
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.032,36

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

f. Principais fatos	Objeto: Taxa de Alvará Sanitário
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 2.032,36

a.61)

Processo nº	**0310925-69.2016.8.24.0036**
a. Juízo	Vara da Fazenda Pública de Jaraguá do Sul
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	04/02/2020
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e Município de Jaraguá do Sul
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 4.274,31
f. Principais fatos	Objeto: Taxa de Licenciamento de Estabelecimento
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 4.274,31

a.62)

Processo nº	**0167666-07.0011.8.26.0014**
a. Juízo	Vara das Execuções Fiscais Estaduais - Foro das Execuções Fiscais Estaduais
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	31/08/2000
d. Partes no processo	Frigumz Alimentos S/A (Companhia Minuano de Alimentos) e Fazenda do Estado de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 48.623,79
f. Principais fatos	Objeto: ICMS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 48.623,79

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

a.63)

Processo nº	**0132218-70.0011.8.26.0014**
a. Juízo	Vara das Execuções Fiscais Estaduais - Foro das Execuções Fiscais Estaduais
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	31/08/1999
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e Fazenda do Estado de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 44.063,04
f. Principais fatos	Objeto: ICMS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 44.063,04

a.64)

Processo nº	**0053960-05.2005.8.26.0224**
a. Juízo	2ª Vara da Fazenda Pública - Foro de Guarulhos
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	17/01/2006
d. Partes no processo	Frigumz Alimentos S/A (Companhia Minuano de Alimentos) e Fazenda do Estado de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 35.129,11
f. Principais fatos	Objeto: ICMS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 35.129,11

a.65)

Processo nº	**0158502-18.0011.8.26.0014**
a. Juízo	Vara das Execuções Fiscais Estaduais - Foro das Execuções Fiscais Estaduais
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	31/05/2000
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e Fazenda do Estado de São Paulo

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 67.699,89
f. Principais fatos	Objeto: ICMS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 67.699,89

a.66)

Processo nº	**0900196-03.2014.8.24.0036**
a. Juízo	Unidade Regional de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais de Jaraguá do Sul/SC
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	21/07/2014
d. Partes no processo	Frigumz Alimentos S/A (Companhia Minuano de Alimentos) e Fazenda do Estado de Santa Catarina
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 946.081,86
f. Principais fatos	Objeto: ICMS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 946.081,86

a.67)

Processo nº	**0162348-43.0011.8.26.0014**
a. Juízo	Vara das Execuções Fiscais Estaduais - Foro das Execuções Fiscais Estaduais
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	30/06/2000
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e Fazenda do Estado de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 80.292,65
f. Principais fatos	Objeto: ICMS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 80.292,65

a.68)

Processo nº	**0004396-53.2019.8.21.0047**
a. Juízo	1ª Vara Judicial de Estrela/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	09/09/2019
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e Município de Estrela
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.407,94
f. Principais fatos	Objeto: ISS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 1.407,94

a.69)

Processo nº	**0002831-95.2000.8.16.0035**
a. Juízo	Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais/PR
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	09/03/2000
d. Partes no processo	Frigumz Alimentos (Companhia Minuano de Alimentos) e Fazenda Pública do Estado do Paraná
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 292.436,40
f. Principais fatos	Objeto: ICMS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 292.436,40

a.70)

Processo nº	**5003895-68.2016.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

c. Data de instauração	16/08/2016
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 571.479,03
f. Principais fatos	Objeto: PIS e COFINS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 571.479,03

a.71)

Processo nº	**5000467-10.2018.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	24/01/2018
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 847.636,29
f. Principais fatos	Objeto: Contribuição social
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 847.636,29

a.72)

Processo nº	**0020371-68.2017.5.04.0772**
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Lajeado
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	24/03/2017
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 664.540,43

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

f. Principais fatos	Objeto: Multa CLT
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 664.540,43

a.73)

Processo nº	**0135913-32.0011.8.26.0014**
a. Juízo	Vara das Execuções Fiscais Estaduais
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	26/11/1999
d. Partes no processo	Fazenda do Estado do São Paulo e Frigumz Alimentos S/A. (antiga denominação social da companhia controlada – Companhia Minuano de Alimentos)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 253.118,58
f. Principais fatos	Objeto: ICMS
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 253.118,58

a.74)

Processo nº	**0303933-33.0041.8.26.0014**
a. Juízo	Vara das Execuções Fiscais Estaduais
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	28/09/2004
d. Partes no processo	Fazenda do Estado do São Paulo e Frigumz Alimentos S/A (antiga denominação social da companhia controlada – Companhia Minuano de Alimentos)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 125.605,12
f. Principais fatos	Objeto: ICMS
g. Chance de perda	Perda Possível

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

(provável, possível ou remota)	
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 125.605,12

a.75)

Processo nº	**5021539-58.2019.8.24.0023**
a. Juízo	Juízo da Unidade Regional de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais da Comarca de Florianópolis
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	18/12/2019
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e Município de Schroeder/SC
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.135,64
f. Principais fatos	Objeto: IPTU
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$5.135,64

a.76)

Processo nº	**5001018-58.2016.4.04.7114**
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	02/03/2016
d. Partes no processo	Minupar Participações S.A. e Comissão de Valores Mobiliários – CVM
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 961.755,48
f. Principais fatos	Objeto: Multa
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 961.755,48

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

b) ***Processos de natureza Cível:***

Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 83 ações cíveis. A maior parte das ações de natureza cível nas quais a Companhia e suas controladas figuram como Rés envolvem questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por supostas cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, alegações de descumprimento contratual, indenizações por danos morais e materiais, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas mantinham provisão para eventuais perdas em processos judiciais cíveis no montante de R$ 7.915.000,00, conforme critérios de provisionamento mencionados anteriormente e disponíveis nas demonstrações financeiras da Companhia. Do referido montante, R$ 71.045,00 foram classificados como perda possível.

Abaixo são destacados os processos cíveis em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes individualmente, constando valor de contingência em 30/04/2021, e que não constarão nos itens seguintes (4.4, 4.5, 4.6 e 4.7):

b.1)

Processo nº	**018/1.10.0004457-3**
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Montenegro/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	11/09/2009
d. Partes no processo	Doux Frangosul (JBS S.A.), Paulo Vicente Sperb e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.600.600,70
f. Principais fatos	Foi realizado empréstimo financeiro pela Doux Frangosul à Companhia Minuano de Alimentos, as quais realizaram o contrato de mútuo na importância de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), refere-se que foi elaborado contrato comercial de prestação de serviço de abate em 28.09.2010. Em 18/12/2019 houve a intimação acerca da decisão que deferiu a penhora online de ativos financeiros junto às contas da Companhia, de Paulo Viente, bem como a

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	penhora de 10% sobre o faturamento da empresa, nomeando como administrador judicial o seu representante legal. A ordem de penhora foi suspensa mediante interposição de recurso pela Companhia, bem como houve peticionamento acerca de acordo judicial.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 9.343.904,55

b.2)

Processo nº	**017/1.13.0002978-6**
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	14/05/2013
d. Partes no processo	Piazzeta, Boeira & Grau – Advocacia Empresarial e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 16.000.000,00
f. Principais fatos	O processo se originou da cobrança de honorários baseada em instrumento particular de contrato para recuperação de Crédito de Prêmio IPI. A sentença foi de procedência da ação, tendo sido comunicado aos acionistas e mercado em geral através de Fato Relevante. Em outubro de 2020 Sulaves S.A. requereu ingresso nos autos como Amicus Curiae, apresentando ao Juiz o trânsito em julgado da sentença criminal condenatória nos autos da Ação Declaratória n. 87.00.01354-4.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 64.925.296,07

b.3)

Processo nº	**001/1.17.0086843-9**
a. Juízo	3ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	28/07/2017

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no processo	Froemming Advocacia Empresarial e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.165.226,45
f. Principais fatos	Ação de Execução de título executivo extrajudicial oriundo de contrato de prestação de serviços advocatícios (firmado em conjunto com empresa Leader Consultoria e Negócios), e instrumento de confissão de dívida firmado pela Companhia Minuano de Alimentos. Processo suspenso em razão da interposição de Embargos à Execução nº 001/1.17.0127878-3. Em 2021 houve o levantamento do valor indicado pelo exequente como sendo incontroverso na demanda, prosseguindo-se o feito nas vias ordinárias dos Embargos.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 1.710.142,45

b.4)

Processo nº	**001/1.17.0127878-3**
a. Juízo	3ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre/RS
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	30/11/2017
d. Partes no processo	Froemming Advocacia Empresarial e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.165.226,45
f. Principais fatos	Embargos à Execução nº 001/1.17.0086843-9.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	No valor da Execução

b.5)

Processo nº	**017/1.12.0000367-0**
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	23/02/2012

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos, Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger e Dohler S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.436.246,51
f. Principais fatos	Execução de Título executivo extrajudicial oriundo de Instrumento Particular de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos e Créditos Tributários. As partes apresentaram recurso de apelação visando a reforma da sentença. A exequente ajuizou três ações envolvendo o mesmo objeto, no entanto o juízo ordenou o prosseguimento em apenas uma das execuções (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0). A Companhia interpôs Embargos à Execução a cada feito executivo (017/1.09.0006475-4, 017/1.10.0004395-3 e 017/1.12.0004875-4).
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 4.167.000,00

b.6)

Processo nº	**051/1.14.0001737-6**
a. Juízo	Vara Judicial da Comarca de Garibaldi/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	19/08/2014
d. Partes no processo	Minupar Participações S.A., Agostinho Carrer Participações S.A., Frigorífico Nova Araçá Ltda., Orlando Carrer e Pedro Carrer.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.413.042,29
f. Principais fatos	Ação de Cobrança referente a valores gastos/pagos durante tratativas para possível Contrato de parceria entre as partes. Em outubro de 2019 foi firmado acordo entre as partes, envolvendo todos os processos e relação havida entre elas. Em fevereiro de 2020 foi determinada penhora no rosto dos autos para pagamento de Execução Fiscal nº 5003100-33.2014.4.04.7114 (União x Minuano), sendo que a devedora do acordo deposita judicialmente nesses autos o valor das parcelas. Devido a inesperada eclosão do estado de calamidade pública da COVID-19, foi acordada a suspensão parcial do pagamento das parcelas, sendo que as devedoras depositam nos autos os juros

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	compensatórios e atualização monetária incidentes sobre o saldo devedor.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Acordo
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

b.7)

Processo nº	**017/1.15.0001091-4**
a. Juízo	1ª Vara Cível de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	08/04/2015
d. Partes no processo	Frigorífico Nova Araçá Ltda. e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$1.378.616,55
f. Principais fatos	Ação Ordinária - Responsabilização por quebra de contrato. Em fevereiro de 2020 foi determinada penhora no rosto dos autos para pagamento de Execução Fiscal nº 5003100-33.2014.4.04.7114 (União x Minuano), sendo que a devedora do acordo deposita judicialmente nesses autos o valor das parcelas. Devido a inesperada eclosão do estado de calamidade pública da COVID-19, foi acordada a suspensão parcial do pagamento das parcelas, sendo que as devedoras depositam nos autos os juros compensatórios e atualização monetária incidentes sobre o saldo devedor.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Acordo
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

b.8)

Processo nº	**017/1.04.0001021-3**
a. Juízo	2ª Vara Cível de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	16/03/2004
d. Partes no processo	Dellazari & Cia Ltda e Companhia Minuano de Alimentos

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$1.378.616,55
f. Principais fatos	Ação de Cobrança sob alegação de descumprimento d contrato (diferenças no valor de fretes). Fase de cumprimento de sentença. Companhia opôs Impugnação à fase de cumprimento de sentença, processo nº 017/1.16.0005626-6.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 492.688,51

b.9)

Processo nº	**017/1.11.0007049-9**
a. Juízo	2ª Vara Cível de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	03/11/2011
d. Partes no processo	Sucessão de Flavio Luis Cassuli, Flavio Luis Cassuli, Juliane Cassuli, Vera Lucia Cassuli e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 50.000,00
f. Principais fatos	Ação de Reparação de Danos referente a supostos danos materiais e morais decorrentes da atividade industrial do frigorífico da Minuano.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 228.294,73

c) ***Processos de natureza trabalhista:***

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como reclamadas em 643 processos judiciais de natureza trabalhista. Referidas ações versam basicamente sobre reconhecimento de hora extra e seus reflexos, nulidade de regime de compensação de jornada, horas *in itinere*, indenização por acidente de trabalho, indenização por danos morais e materiais, reconhecimento do prêmio por assiduidade como verba salarial, dentre outras matérias.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas mantinham provisão para perdas prováveis em processos judiciais de natureza trabalhista no montante aproximado de R$ 10.797.000,00, com depósitos recursais de aproximadamente R$ 5.629.000,00. A Companhia e suas controladas provisionam os valores de perda possível e provável dos valores discutidos desses processos.

As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas provisionados estão abaixo elencadas:

c.1) Horas Extras e Reflexos e Horas in itinere: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho e horas *in itinere (em processos ajuizados antes da edição da Lei nº 13.467/2017, que reformou a legislação trabalhista nesta matéria)*. Ademais, pairam discussões em relação a validade da desconsideração dos minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho da forma prevista nas normas coletivas. Neste ponto, a controlada indireta Companhia Minuano, gradativamente, alterou a desconsideração dos minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho de seus empregados, de forma a observar o previsto na CLT.

c.2) Nulidade de regime de compensação de jornada: Mediante alegações de prestação de horas extras habituais realizados em atividades relacionadas em condições insalubres, a controlada Companhia Minuano de Alimentos é comumente condenada pelo Poder Judiciário ao pagamento das verbas referente à declaração de invalidade do acordo de compensação de jornada previsto no seu Acordo Coletivo. Com o advento da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que prevê prevalência do Acordo Coletivo sobre o artigo 60 da CLT, aguarda-se por uma gradual mudança de entendimento dos julgadores, tendo essa perspectiva ganhado ainda mais força com a determinação de suspensão nacional de processos que envolvam discussão sobre a validade de norma coletiva que limite ou restrinja direito trabalhista não assegurado constitucionalmente, conforme despacho proferido pelo Ministro Gilmar Mendes no *Leading Case* ARE 1121633, representativo do Tema 1046 do Supremo Tribunal Federal – STF.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

c.3) Acidente de Trabalho ou Doença a este equiparado: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de indenizações por danos ligados a acidentes de trabalho ou doenças a este equiparado sofridos por seus colaboradores, assim considerados todo infortúnio que ocorra com os mesmos quando do exercício de suas atividades. Da mesma forma, o acometimento de doenças ocupacionais, ou seja, com liame causal no exercício das tarefas intrínsecas ao trabalho. A fim de combater e prevenir tais situações a Companhia e suas controladas contam com SESMT ativo e observam todos os programas previstos nas normas regulamentadoras que dispõem sobre ergonomia e segurança do trabalho.

c.4) Indenização por Danos Morais: Alguns dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem moral supostamente causados pela Companhia e suas controladas. Tais pedidos fundamentam-se em supostas ações ou omissões dos prepostos que tenham porventura ferido os bens de ordem moral do requerente. A fim de combater e prevenir tais situações a controlada Companhia Minuano de Alimentos conta com RH ativo e setor de *Compliance.* Foi implantado Canal de Denúncias terceirizado, o que oportuniza a realização do serviço em ambiente totalmente externo, estando disponível a denúncia anônima. Também está disponível a Caixa de Ideias, localizadas em diversos pontos das unidades ou podendo ser acessada através do aplicativo para dispositivos móveis disponível aos funcionários.

c.5) Domingos e feriados em dobro: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em processos que possuem como objeto a suposta não concessão do descanso semanal remunerado previsto na legislação trabalhista, o que geraria a obrigação do empregador realizar o pagamento do valor correspondente em dobro. Entretanto, em raríssimos casos há condenação, já que a existência de descanso semanal remunerado é devidamente observada pelas informantes.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

c.6) Indenização por Danos Materiais: Grande parte dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem material causados pela Companhia, decorrentes dos mais variados tipos de ações ou omissões de seus colaboradores que tenham porventura ferido um bem patrimonial do requerente, diminuindo o valor dele, restringindo sua utilidade, ou mesmo a anulando. Exemplo disso ocorre nos casos que incluem discussão de acidente ou doença do trabalho, onde através de laudos médicos é possível quantificar a perda da capacidade laborativa do caso. Eventual perda laborativa é quantificada através de tabela da SUSEPE, amplamente conhecida entre os médicos peritos.

c.7) Troca de Uniforme: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de horas pela troca de uniforme, ou seja, o período existente entre a uniformização e o registro da jornada. Ocorre que em algumas unidades é feita a troca de uniforme antes do registro do ponto de início da jornada, e no fim, a referida troca é realizada após o registro. O Acordo Coletivo de Trabalho prevê o tempo de 8 (oito) minutos diários para tal finalidade, já incluídos na remuneração, acrescidos de mais 4 (quatro) minutos diários compensados com 2 (dois) dias de folga no ano. Entretanto, como cada funcionário troca de uniforme em tempos diferentes, há condenação frequente da Companhia nas reclamatórias trabalhistas.

c.8) Reconhecimento do prêmio por assiduidade como verba salarial: Aos funcionários que tiveram 100% de assiduidade a cada período de apuração de 30 dias, e tiverem salário inferior a R$ 4.227,16 (quatro mil, duzentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos), a Companhia Minuano disponibiliza prêmio de R$ 120,00 (cento e vinte reais), através de cartão-refeição. Em alguns casos, o Poder Judiciário reconheceu tal valor como sendo de caráter salarial, e não indenizatório. No ano de 2018, o Prêmio por Assiduidade passou a constar do Acordo Coletivo de Trabalho, o que possivelmente reduzirá ainda mais o número de condenações.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d) ***Contingências possíveis:***

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia foi apurado para 31 de dezembro de 2020 processos judiciais com probabilidade de risco de perda possível que somam R$ 80.945.000,00. Destes, R$ 71.045.000,00 são relativos à natureza cível e R$ 9.900.000,00 são relativos à natureza trabalhista.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS, NÃO SIGILOSOS, EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE E A PARTE CONTRÁRIA SEJAM ADMINISTRADORES, EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES, EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES.

Existem 6 (seis) processos judiciais nos quais investidores ou ex-administradores da Companhia figuram em parte contrária da Companhia ou de suas controladas, sendo que aqueles que estão sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho serão informados conforme Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 121, de 05/10/2010:

PROCESSOS DE NATUREZA CÍVEL

4.4.1)

Processo nº	**017/1.17.0000884-0**
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	22/02/2017
d. Partes no processo	Dimensão Consultoria e Negócios S/S e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 418.751,79
f. Principais fatos	Processo de execução de título executivo extrajudicial, lastreado em contrato de prestação de serviço de assessoria e aditivos, no qual se busca a condenação da Executada no valor de R$ 418.751,79, referente aos trabalhos prestados nos anos de 2012/2013. Processo suspenso diante da interposição de Embargos à Execução nº 017/1.17.0002159-6.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 908.541,59 em 30.04.2021

4.4.2)

Processo nº	**017/1.17.0002159-6**
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	26/04/2017

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

d. Partes no processo	Dimensão Consultoria e Negócios S/S e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 418.751,79
f. Principais fatos	Embargos à Execução (processo 017/1.17.0000884-0)
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 908.541,59 em 30.04.2021

4.4.3)

Processo nº	**017/1.17.0000100-5**
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	19/12/2016
d. Partes no processo	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger, Companhia Minuano de Alimentos e Minupar Participações S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.135.868,18
f. Principais fatos	Processo de execução de título extrajudicial, originário de contrato particular de mútuo oneroso, no valor de R$ 1.364.850,00, ajuizado em 19/12/2016. Processo suspenso diante da interposição de Embargos à Execução nº 017/1.17.0002319-0.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 5.135.868,18 em 30.04.2021

4.4.4)

Processo nº	**017/1.17.0002319-0**
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	04/05/2017
d. Partes no processo	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger, Companhia Minuano de Alimentos e Minupar Participações S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.135.868,18
f. Principais fatos	Embargos à Execução (processo 017/1.17.0000100-5)
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 5.135.868,18 em 30.04.2021

PROCESSOS DE NATUREZA TRABALHISTA

4.4.5)

Processo nº	**0021399-11.2016.5.04.0771**
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	23/12/2016
d. Partes no processo	D.H., C.M.A., S.S., V.S. e M.P.S.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 530.000,00
f. Principais fatos	Reclamatória trabalhista em que requeridas diferenças salariais e indenização por danos.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 100.000,00 em 30.04.2021

4.4.5)

Processo nº	**0020183-44.2018.5.04.0771**
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	13/04/2018
d. Partes no processo	R.Z., C.M.A, S.S., V.S. e M.P.S.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 506.403,26
f. Principais fatos	Reclamatória trabalhista em que requeridas diferenças salariais e indenização por danos.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 113.185,92

4.4.6)

Processo nº	**0020235-03.2019.5.04.0772**
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	09/04/2019
d. Partes no processo	L.M.S. e C.M.A

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 312.600,00
f. Principais fatos	Reclamatória trabalhista em que requeridas diferenças salariais e indenização por danos.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 312.600,00

Por final, cumpre referir que não se tem registros de outros processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que o emissor ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

PROCESSOS SIGILOSOS EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE QUE NÃO TENHAM SIDO DIVULGADOS NOS ITENS ANTERIORES

A Companhia e suas controladas são parte, em sua grande maioria, em processos públicos, conforme descritos nos itens 4.3 e 4.4, no entanto, daqueles enquadrados como em Segredo de Justiça, destacamos os seguintes:

Processos de natureza Cível

4.5.1)

Processo nº	**017/1.14.0000721-0**
a. Juízo	1ª Vara Cível de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	18/02/2014
d. Partes no processo	F.N.A.L, A.C.P.S e M.P.S.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 14.652.270,03
f. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Acordo
g. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.5.2)

Processo nº	**017/1.14.0003383-1**
a. Juízo	1ª Vara Cível de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	16/06/2014
d. Partes no processo	F.N.A.L, A.C.P.S e M.P.S.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 14.652.270,03
f. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Acordo
g. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Processos de natureza Trabalhista

4.5.3)

Processo nº	**0020756-19.2017.5.04.0771**
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de Lajeado
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	03/07/2017
d. Partes no processo	M.A.C.A, C.M.A, M.P.S, S.A, V.S.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 530.000,00
f. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
g. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 146.006,41 em 30.04.2021

Processos de natureza Tributária

4.5.4)

Processo nº	**5006448-30.2012.4.04.7114**
h. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
i. Instância	1º Grau
j. Data de instauração	15/08/20212
k. Partes no processo	C.M.A e U.F.N.
l. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 4.938.959,30
m. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
n. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 4.938.959,30 em 30.04.2021

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS, REPETITIVOS OU CONEXOS, NÃO SIGILOSOS, QUE SEJAM RELEVANTES EM CONJUNTO

A Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos de natureza tributária, cível ou trabalhista, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES

Todas as contingências relevantes da Companhia ou suas controladas estão abrangidas pelos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

REGRAS DO EMISSOR ESTRANGEIRO

O emissor tem sede no Brasil, não havendo regras estrangeiras aplicáveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A política de gerenciamento de riscos da Companhia está em fase de elaboração, todavia já possui alguns controles para monitoramento e acompanhamento sobre o gerenciamento de riscos, dos quais pode destacar como procedimentos já formalizados e implantados, como:

- Código de ética e conduta;
- Política de doações e brindes;
- Plano de contingenciamento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos mantém ativo um departamento de Compliance, com isso políticas estão formalmente descritas e implantadas, também foram criadas práticas, procedimentos de controle, análise e acompanhamento para mitigar os riscos.

Risco de crédito

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos possui, como sua principal atividade, o contrato para prestação de serviços relacionados a produção de matrizes, produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos, através do seu complexo agroindustrial, este “contrato de prestação de serviço” está sujeito a risco de eventuais rompimentos ou não renovação.

Outro risco mensurado está diretamente relacionado ao processamento industrial de carne de frango, produtos industrializados de marca própria são destinados as vendas para mercado interno e externo, com intuito de mitigar os riscos de crédito adotamos procedimentos que contemplam analises de crédito, histórico comercial, até a liquidação financeira do mesmo, procedimento envolve departamento comercial, financeiro e Compliance.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Risco Cambial

A receita com vendas de produtos industrializados ao Mercado externo da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos equivalem a 30% do faturamento bruto da empresa. Com intuito de mitigar os riscos cambiais nas operações de vendas do mercado externo, são adotados procedimentos comerciais onde em sua maioria as vendas são realizadas com adiantamento total ou parcial pelo cliente e estas estão sujeitas a oscilação da taxa de câmbio praticada no momento da venda, sendo sempre vinculada ao Dólar americano.

Risco de insumos

Nas operações de prestação de serviços de abate, fabricação de ração, incubatório e granjas os insumos são de responsabilidade do contratante, conforme cláusulas contratuais, restando a minuano os insumos para produtos industrializados, e com intuito de mitigar os riscos foram adotados procedimentos de planejamento que envolve as áreas de suprimentos, planejamento, gestão de qualidade, PCP, área comercial e gerência fabril, além dos procedimentos semanalmente são realizadas reuniões com troca de informação de todos envolvidos na operação.

Risco de Juros

Com intuito de mitigar os riscos com taxas de juros do mercado, a empresa adotou procedimentos para estimativas de capital de giro anual, mensal e o mesmo é acompanhado diariamente pela diretoria administrativa da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos e discorre das operações comerciais e prestação de serviços.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia e de suas controladas diretas e indireta. O sistema de controle interno do grupo está direcionado na premissa de garantir, de forma razoável, e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Com base na sua avaliação da Administração, concluiu-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas diretas e indireta, mantinham controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Os diretores das empresas do grupo possuem apoio permanente dos Departamentos de Controladoria e de Compliance para elaboração e fiscalização dos processos, garantindo a adoção das boas práticas, observação das normas contábeis aplicáveis e de controle interno. A área de Compliance efetua avaliação dos processos relevantes da organização, identificando os pontos de controle e reportando-se diretamente ao Conselho Administrativo.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados de todos os trabalhos do departamento de Compliance são reportados ao Conselho Administrativo e apresentados aos Diretores e Gerentes envolvidos. Para todas as deficiências apresentadas é solicitado as áreas a elaboração de um plano de ação, responsável e data de implantação.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos executam periodicamente avaliações do sistema contábil e de controles internos da Companhia, com a finalidade de comprovar a eficácia dos mesmos. Tal processo não detectou deficiências significativas que pudessem comprometer as demonstrações contábeis do emissor e de suas controladas diretas e indireta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os comentários dos diretores e medidas corretivas estão informados junto aos pontos indicados no relatório do auditor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira

O programa de integridade está em fase de estudo e elaboração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não ocorreram alterações significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	14/07/1990
Forma de Constituição do Emissor	Transformação da Sociedade Mercantil por cotas de responsabilidade limitada, Minuano - Exportação e Administração Ltda., na sociedade por ações Minupar Participações S.A.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	21/12/1990

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Breve histórico do emissor

A Companhia foi constituída como uma sociedade empresária, por cotas de responsabilidade limitada, em 01/08/1984, sob a denominação de *Minuano – Exportação, Participação e Administração Ltda.*, sediada na cidade de Lajeado (RS), tendo por objeto social o comércio de exportação, participação em outras sociedades e prestação de serviços de administração às sociedades controladas.

Em 14/09/1990, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre a transformação da sociedade em Companhia, sob a denominação de *Minupar Participações S/A*, deliberando a emissão de debêntures conversíveis em ações, integralmente subscritas pelos acionistas. Na oportunidade, os acionistas da Companhia Minuano de Alimentos, fundada em 1946, puderam optar pela troca das suas ações de emissão desta por ações de emissão de Minupar Participações S/A.

A transformação da sociedade empresária por cotas em sociedade por ações de capital aberto permitiu o ingresso de novos acionistas, aportando recursos para atender as necessidades financeiras necessárias para o seu crescimento.

Atualmente, a Minupar Participações S/A, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados a base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos, com a marca “*Minu*”, ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil, sendo também exportados para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Desde a fundação, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial/extrajudicial da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

O emissor não teve, desde sua fundação, pedidos de falência e/ou concordata. Entretanto, sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos (na época denominada Frigumz Alimentos S/A, com CNPJ 84.430.800/0001-32), teve deferido o pedido de concordata preventiva no ano de 2003, o qual foi levantado judicialmente em 2014, após cumprida todas obrigações pertinentes.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

O emissor tem por objeto social principal a participação no capital de outras empresas.

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil, além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América do Sul, América Central, Ásia e Oceania.

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo. A manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições especificas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

Informações de Sociedade de economia mista

O emissor não é uma sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

a. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

a.1 *Produtos e Marcas*

A controlada Companhia Minuano de Alimentos atua no setor de alimentos em unidade de produção de industrializados localizada em Arroio do Meio – RS, com o seu portfólio de produtos composto por: salsichas, mortadelas, presunto, peito de frango defumado, linguiças defumadas, quitute de frango e pele frita.

A controlada atua no mercado interno com a marca “Minu” e no mercado externos com as marcas “Minu”, “Royal”, “Minal” e “Saran” o que permite no caso do mercado externo, atuar no mesmo país importador com mais clientes.

a.2 *Serviços de Industrialização*

A controlada Companhia Minuano de Alimentos mantém contratos de prestação de serviços para terceiros nas unidades de Lajeado-RS (abatedouro); Arroio do Meio-RS (indústria de rações); Estrela-RS (Incubatório e produção de ovos férteis) e Bom Retiro do Sul-RS (produção matrizes).

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor (em R$ mil)

Segmento	2020	2019	2018
Industrializados	135.197	104.904	85.795
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	143.160	144.997	125.474
Total	**278.357**	**249.901**	**211.269**

Descrição	2020	2019	2018
Receita Líquida	259.813	235.584	199.562
% Participação sobre a Receita Líquida			
Industrializados	48,57%	41,98%	40,61%
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	51,43%	58,02%	59,39%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua tendo em vista que algumas contas apresentadas nas demonstrações de resultado, tais como despesas administrativas, outras despesas e receitas, despesas e receitas financeiras e imposto de

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

renda e contribuição social, são calculados de forma consolidada. Para informações adicionais acerca do lucro ou prejuízo resultado das operações da Companhia, ver suas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº 30 – Informações por segmento.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. Características do processo de produção

O processo de produção pode ser caracterizado basicamente em dois.

(i) Relacionado aos contratos de industrialização, onde o processo é verticalizado, abrangendo todas as etapas da cadeia avícola. Desde a criação das aves matrizes, localizadas em granjas próprias, o Incubatório na produção de pintos de um dia, a fabricação de rações para suprir a necessidade alimentar das aves e o frigorífico, onde o abate e a produção são realizados conforme definição do parceiro operacional.

(ii) Para o processo relacionado à produção de produtos com marca própria destinados aos mercados interno e externo, os insumos são adquiridos de terceiros, inclusive daqueles parceiros das operações de industrialização e elaborados em conformidade com as especificações pré-estabelecidas e aprovadas pelos órgãos de controle. Os produtos são na sua grande maioria compostos de carnes e condimentos, embalados conforme destino, se nacional ou externo, e comercializados resfriados ou congelados.

b. Características do processo de distribuição

No mercado interno, as vendas da controlada Companhia Minuano de Alimentos, estão concentradas no Estado do Rio Grande do Sul. No quadro abaixo, segue a representação por região das vendas, em comparação ao total comercializado no Brasil:

	2020	**2019**	**2018**
Rio Grande do Sul	87,18%	90%	82%
Outros Estados	12,82%	10%	18%
Total	**100%**	**100%**	**100%**

São realizadas por meio da combinação de canais de venda direta e indireta. Venda direta compreende todas as vendas realizadas por meio de

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

representantes comerciais e vendedores próprios. A venda indireta compreende as vendas realizadas por distribuidores nas regiões onde a controlada atua.

Neste contexto, o mix de faturamento da Companhia, relativo a vendas diretas e às vendas a intermediários no mercado interno é a seguinte:

	2020	2019	2018
Vendas Diretas	57,43%	55%	53%
Vendas Intermediadas	42,57%	45%	47%
Total	**100%**	**100%**	**100%**

Produtos Marca Própria - Mercado Externo

As receitas provenientes das operações comerciais realizadas no mercado externo, corresponderam nos anos de 2018, 2019 e 2020 a 22%, 23% e 26%, respectivamente, do faturamento líquido da companhia. Dentre os produtos exportados estão: salsichas, mortadelas, carne mecanicamente separada “CMS” e dorso de frango.

As vendas no mercado externo abrangem mais de uma dezena de países, sendo que se destacam entre os principais destinos, Nigéria, Benin, República do Congo, Guiana, Cingapura, Samoa, Cuba, Armênia, Omã, Ghana, Angola, dentre outros, através de canais de venda direta e representantes.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

As operações comerciais são desenvolvidas tanto no mercado interno como no mercado externo através de canais de venda direta e também por intermédio de representantes**.**

i. Participação em cada um dos mercados

Considerando os volumes atuais praticados pelos grandes *“players”* aliado ao grande número de outras empresas, inclusive de menor porte (regionalizadas), fica difícil mensurar a participação.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

ii. Condições de competição nos mercados

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e pulverizado e conta com a presença de outras companhias tradicionais e líderes de mercado, tais como BRF e JBS, além de companhias regionais com atuação local.

d. Eventual sazonalidade

De modo geral, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

Os principais insumos e matérias-primas utilizados nos processos de produção própria são entre outros:

Carnes de frangos: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado interno como ao mercado externo;

Condimentos e especiarias: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado interno como ao mercado externo.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

No ano, a controlada Companhia Minuano de Alimentos não apresentou clientes que representassem mais de 10% de sua receita líquida, nas operações comerciais envolvendo produtos com marca própria, tanto no mercado interno como no mercado externo. Já em relação aos parceiros operacionais nas operações de prestação de serviços a terceiros, destaca-se a receita com prestação de serviço para a empresa BRF – Brasil Foods S/A., com representatividade acima de 10% da receita líquida do emissor.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

DESCREVER OS EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DO EMISSOR, COMENTANDO ESPECIFICAMENTE:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a abrangente legislação de diversos órgãos, sendo os principias, Fepam, Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho e Emprego. As unidades operacionais operam mediante licenciamentos ambientais nas esferas estaduais ou municipais, conforme medida de porte da unidade, nos locais onde atua. Esses processos são periodicamente revistos e sua validade depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. Paralelo a essas licenças de operação, as unidades da Companhia estão sujeitas ao Sistema de Inspeção Federal, supervisionado pelo Ministério da Agricultura, através do qual mantém constante monitoramento das operações industriais. Além disso, seguem regras trabalhistas específicas ao segmento frigorífico, definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

No desenvolvimento e execução de suas atividades industriais, ao longo de mais de 70 anos de atuação, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental, sanitária e trabalhista. A Companhia não assinou nenhum contrato de adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia se utiliza de recursos hídricos provenientes de captação subterrânea, superficial e ainda de abastecimento público por empresa

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

concessionária. A Companhia possui outorga de direito de uso de água captada de poços e da Estação de Tratamento de Água – ETA, e outros processos em andamento para seus empreendimentos.

A Companhia utiliza em seus processos produtos controlados pela Polícia Federal, e para tanto, possui as devidas licenças. Com relação aos resíduos, tanto líquidos como sólidos, são destinados adequadamente.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de sua atuação. Além da proteção das marcas no mercado nacional, a companhia busca proteger suas principais marcas em outros países.

Outras informações relacionadas a marcas e patentes, podem ser verificadas na seção 9.1.b deste formulário de referência.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

EM RELAÇÃO AOS PAÍSES DOS QUAIS O EMISSOR OBTÉM RECEITAS RELEVANTES, IDENTIFICAR:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Com relação ao exercício de 2020, 75% ou R$ 208.691 mil da receita bruta é proveniente das operações realizadas no país sede do emissor, ou seja, Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Com relação à receita líquida proveniente dos clientes estrangeiros do emissor, 25% ou R$ 69.666 milhões são oriundos do exterior, e dentre os principais destinos citamos: Nigéria, Benin, República do Congo, Guiana, Cingapura, Samoa, Cuba, Armênia, Omã, Ghana, Angola, dentre outros.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A participação da receita proveniente de países estrangeiros em relação a receita líquida é de R$ 27%.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

A controlada Companhia Minuano de Alimentos, por efetuar exportações destinadas a países de religião muçulmana, está sujeita à regulação de caráter religioso no tocante a realização de abate seguindo os preceitos da religião islâmica, denominado “abate Halal”. Tal regulação deve ser cumprida uma vez que o descumprimento da mesma inviabiliza a comercialização de seus produtos nos países que exigem tal preceito. Neste sentido a Controlada toma todas as ações necessárias para o cumprimento de tal preceito, evitando prejuízos aos seus negócios.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

A Companhia não mantém acordos com instâncias governamentais nacionais e estrangeiras ou comunidades, políticas de responsabilidade socioambiental, informações sobre práticas de sustentabilidade, patrocínio e incentivo cultural.

A Companhia não possui projeto de Sustentabilidade, razão pela qual não publica Relatório de Sustentabilidade ou documento similar.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

O emissor tampouco suas controladas, diretas ou indireta, realizaram aquisições ou alienações de ativo relevante que não se enquadrasse como operação normal nos negócios do emissor nos 3 últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

O emissor e suas controladas diretas e indireta não sofreram alterações significativas na forma de condução de seus negócios nos 3 últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

O emissor e suas controladas diretas e indireta não celebraram contratos relevantes não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos 3 últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

A Companhia e suas controladas diretas e indireta não possuem outros bens do ativo não-circulante relevantes além dos listados no item 9.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Abatedouro Frigorifico de Aves - F1	Brasil	RS	Lajeado	Própria
Indústria de Embutidos - F2	Brasil	RS	Arroio do Meio	Própria
Abatedouro Frigorifico de Aves - F3	Brasil	RS	Passo Fundo	Própria
Indústria de Rações - FR	Brasil	RS	Arroio do Meio	Própria
Incubatório - Produção de pintos de um dia	Brasil	RS	Estrela	Própria
Central de beneficiamento de ovos	Brasil	RS	Lajeado	Própria
Abatedouro Frigorifico de Suinos - Abate e industrialização de carnes	Brasil	SC	Armazém	Própria
Industrialização de carnes suinos e aves	Brasil	SC	Jaraguá do Sul	Própria
Granja produção de ovos férteis - Granja Paraíso	Brasil	RS	Estrela	Própria
Granja de recria de aves de postura - Granja Pinhal	Brasil	RS	Bom Retiro do Sul	Própria
Granja produção de ovos comerciais - Granja São Rafael	Brasil	RS	Cruzeiro do Sul	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (jogos, brinquedos, passatempos, artigos p/ginástica) - 815.746.040	14/07/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 44.231	21/07/2030	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 37.483	16/11/2025	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 57.265	23/11/2024	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUPAR (Seguros, negócios financeiros, negócios monetários, negócios imobiliáiros) - 900.798.726	14/09/2030	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 811.856.690	01/08/2026	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestiveis, condimentos) - 811.856.712	19/03/2026	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO LIGHT (carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestiveis e condimentos) - 816.627.550	07/11/2025	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (massas alimenticias em geral, farinhas e fermentos) - 816.627.614	24/10/2025	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (leite em pó, soro de leite, iogurtes) - 816.967.334	17/05/2025	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	HOT CHICKEN MINUANO (Carne, ovos, aves, gorduras, óleos comestíveis, condimentos) - 817.245.901	06/06/2025	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestiveis, condimento) - 817.549.480	24/06/2027	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Serviços Auxiliares, importação e exportação) - 817.577.904	03/09/2026	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	FRIGUMZ (Alimentos para animais) - 818.270.241	25/02/2027	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	FRIGUMZ (Carnes, ovos, aves, gorduras, oleos comestiveis) - 818.270.268	Extinto por caducidade	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	QUITUTE FRANGO (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 819.870.706	14/09/2029	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	RODIZIO (Serviços de alimentação) - 820.031.305	16/11/2029	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	SALSICHA PANCHO MINU (Salsicha) - 914.356.305	21/05/2029	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUANO MINAL (Aves não vivas; Carne; Ovos; Salsichas; Caldo de ave para cozinha;...)- 914991418	02/07/2029	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO ROYAL (Aves não vivas; Carne; Ovos; Salsichas; Lingüiça) - 914.991.469	02/07/2029	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Aves não vivas;Caldo de ave para cozinha;Caldo de carne para cozinha;...) - 919.213.090	08/12/2030	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Alimentos para animais;Animais vivos;Cereal para animal;Farelo;...) 919.213.340	Deferido com exclusão	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Calçados, Vestuário) - 910.158.681	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 164334	Em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Cereal para animal; Farelo; Farinha de osso para animal; Farinha ...) - 920957455	Em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Jogos, brinquedos e passatempos. Art. para ginástica, esporte, caça e pesca,etc) - 910.158.835	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Carnes, aves, ovos, gorduras e oleos comestiveis, condimentos) - 813.172.349	22/10/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 10.599	29/11/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU LIGHT (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestiveis, condimentos) - 816.627.568	23/11/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Café e ervas para infusão) - 816.627.592	23/11/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 980.012	13/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUPAR (Propaganda, gestão de negócios, administração de negócios, funções escritório)- 900.798.653	14/09/2030	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (condimentos, especiarias, essencias alimenticias) - 812.994.060	02/01/2031	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, peixes, frutos do mar, frutas, verduras) - 812.994.078	02/01/2031	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Café,chá,cacau,açúcar,arroz,tapioca, sagu,sucedâneos de café;farinhas e prep.,etc)-910.077.860	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Comércio de alimentos para animais, animais vivos e produtos alimentícios) - 910.078.076	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Bufê, cafeterias, cantinas, restaurantes, churrascarias) - 910.127.263	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 161685	Em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 171426	Em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 813.183.871	03/11/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Animais vivos, ovos para incubação) - 800.293.517	08/02/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Serviços, importação e exportação) - 816.548.153	05/10/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Serviços de alimentação) - 816.640.157	26/10/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestiveis, condimentos) - 813.183.880	24/01/2029	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Frutas Verduras, legumes e cereais) - 811.634.620	03/12/2025	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	RODIZIO (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 820.029.165	09/11/2029	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Serviços Auxiliares, importação e exportação) - 811.720.306	29/07/2026	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 009.804	28/08/2030	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 35.972	19/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 1674.631	19/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (roupas, acessórios, vestuário comum e esportes, artigos de viagem) - 815.265.140	04/03/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (papel, papelão, livros, álbuns, artigos de escritório, material didático) - 815.746.032	14/07/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Animais vivos, ovos para incubação) - 006.335.462	10/06/2026	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Carne,peixes,aves,caça,extrato de carne,frutas,legumes,verduras em conserva,etc) - 910.077.673	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Companhia Minuano de Alimentos	84.430.800/0001-32	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	Ciração, abate, industrialização de aves e suinos.	99,910000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)
				Valor mercado		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	-366.395,00
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Companhia Operacional, controlada indireta.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Sulaves S/A.	93.463.289/0001-66	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	participações societárias	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)
				Valor mercado		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	-97.600,00
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Holding de controle de companhias operacionais

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Valepar S/A.	93.463.305/0001-10	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	Participações societárias	99,980000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)
				Valor mercado		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	-269.128,00
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Holding de controle de companhias operacionais

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2020:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para dar continuidade em seus negócios, e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazos junto às instituições financeiras e obrigações tributárias junto ao governo, também acredita que sua operação produz resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b) Estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

(Montantes expressos em R$ mil)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Capital próprio (patrimônio líquido)	(375.709)	(393.022)	(359.992)
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	619.832	592.894	543.897
Capital total (próprio + terceiros)	**244.123**	**199.872**	**183.905**
Parcela de capital próprio	-153,90%	-196,64%	-195,75%
Parcela de capital de terceiros	253,90%	296,64%	295,75%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a:

(i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção;

(ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais;

As principais fontes de recursos da Companhia são:

(i) Caixa gerado pelas atividades operacionais; e

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos 3 (três) exercícios sociais:

(Montantes expressos em R$ mil)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA ajustado	41.849	38.771	24.339
Resultado Financeiro	14.350	65.560	76.676
Índice de cobertura	**2,92**	**0,59**	**0,32**

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, assim como antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem intenção para realização de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretenda utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

			Curto Prazo		Longo Prazo	
Instituição	Encargos	Vcto	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Banrisul - Consórcio	-	-	93	90	312	387
		Total	**93**	**90**	**312**	**387**

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros. Com relação aos bens imóveis da Controlada Indireta Companhia Minuano, os mesmos estão em garantia de processos tributários, o que impedem a alienação dos mesmos.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de financiamentos do emissor não estão totalmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

Valores expressos em milhares de reais

Segmento	2020	2019	2018
Industrializados	135.197	104.904	85.795
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	143.160	144.997	125.474
Total	**278.357**	**249.901**	**211.269**

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Receita Líquida

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2020 foi de R$ 259.813 (R$ 235.584 em 2019), resultando em um aumento percentual de 10%, ocorrido basicamente pelo crescimento das vendas de industrializados de carne.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas durante o exercício de 2020 foram de R$ 11.696 e para o exercício de 2019 foram de R$ 10.155, sendo que este aumento de 15% está associado ao aumento das vendas de industrializados. No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente as receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 4,50% em 2020 e 4,31% em 2019, referente a participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas.

Rubricas	2020	2019
Receita Líquida	259.813	235.584
Despesas com Vendas	11.696	10.155
Relação %	**4,50%**	**4,31%**

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Do ano de 2019 para 2020, ocorreu forte variação na taxa de cambio, ocasionada pelos efeitos da pandemia Covid-19, os efeitos destas variações de taxas de câmbio foram devidamente registradas e demonstradas nas notas explicativas nº 28 e 29.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receita Bruta	278.357	249.901	211.269
Receita Líquida	259.813	235.584	199.562
Lucro Bruto	73.457	66.838	44.745
Resultado Operacional	37.873	33.284	9.649
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	16.573	(33.030)	(67.027)
EBITDA Ajustado	41.849	38.771	24.339
Prejuízo por Ação	2,3342	(4,6521)	(9,4403)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

3 – Efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

4 - Mudanças nas práticas contábeis e parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma ressalva, porém foi destacada a ênfase apresentada a seguir:

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1.6, onde a Administração declara que em 30 de março de 2021 as demonstrações contábeis foram encerradas e aprovadas pela Diretoria da Companhia. Na mesma data foi submetida e aprovada por parte do Conselho de Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Politicas contábeis críticas

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

1) Provisões de natureza trabalhista,

2) Provisão para contingências,

3) Provisão para perdas esperadas,

4) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

Sumário das Principais Práticas Contábeis

- Demonstrações contábeis consolidadas:

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

- Demonstrações contábeis individuais:

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

- Consolidação:

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

- Demonstrações contábeis consolidadas:

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Demonstrações contábeis individuais:

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

- Estimativas contábeis:

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

- Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

- Instrumentos Financeiros:

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

i) custo amortizado; e

ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);

- Outros ativos (nota 8);

- Propriedades para investimentos (nota 9.b)

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Imobilizado (nota 10)

- Intangível (nota 11)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

- Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

- Contas a receber:

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

- Estoques:

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

- Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

- Investimentos

1 - Participações societárias:

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

2 - Propriedades para investimentos:

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

resultado.

3 – Imobilizado:

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

- Intangível:

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

a) Ativo intangível de vida útil definida; e

b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

- Redução ao valor recuperável de ativos:

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

- Empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

- Estimativas dos ativos e passivos contingentes:

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

- Ajuste a valor presente dos ativos e passivos:

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

- Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

- Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços:

A receita é reconhecida:

(a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

(b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e

(c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 – Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

- Apuração do resultado:

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

- Julgamento e uso de estimativas contábeis:

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

(a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;

(b) vida útil, “Impairment” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e

(c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

- Demonstração do valor adicionado – DVA:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2020 os investimentos realizados, pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R$ 7.589 mil (R$ 6.545 mil em 2019). Os investimentos foram voltados a modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza, além de recursos próprios, parcelamento diretamente com seus fornecedores.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

c. Novos produtos e serviços:

Durante o ano não ocorreu produção de novos produtos.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante no desempenho operacional foram comentados nos itens anteriores.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Considerando que a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras, nada há para informar neste item.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno.

O Emissor é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria, de acordo com seu Estatuto Social, elaborado conforme a Lei 6.404/76.

A gestão do Emissor está estruturada de forma que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas que são responsáveis pela gestão das diversas áreas das controladas diretas e indiretas, responsáveis pelo cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária.

Atualmente, a Companhia possui Conselho Fiscal instalado por solicitação de acionistas minoritários na Assembleia Geral Ordinária realizada em 14/06/2021, na qual foram eleitos 03 (três) membros.

a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração da Companhia será composto por 03 (três) a 09 (nove) membros que sejam pessoas naturais, acionistas ou não, eleitos na Assembleia Geral.

São atribuições do Conselho de Administração:

(a) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;

(b) Aprovar planos de desenvolvimento, bem como os investimentos necessários à sua execução;

(c) Aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operações e/ou de investimentos;

(d) Acompanhar em caráter permanente o desenvolvimento e desempenho

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

da sociedade;

(e) Estabelecer a estrutura administrativa da sociedade e aprovar o seu Regimento Interno;

(f) Eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;

(g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

(h) Fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores quando votada em verba global, bem como a participação de empregados;

(i) Estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da companhia;

(j) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;

(k) Manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

(l) Deliberar “ad referendum” da Assembléia Geral, sobre os pagamentos de dividendos, inclusive intermediários;

(m) Manifestar-se sobre o encaminhamento a Assembléia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;

(n) Autorizar a criação e extinção de quaisquer estabelecimentos da Companhia, destacado o capital necessário;

(o) Escolher e destituir os Auditores Independentes;

p) Autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(q) Manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a diretoria submeter a sua aprovação;

(r) Autorizar o aumento de capital previsto no Artigo 6º;

(s) Avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante a orientação dos negócios da companhia, respeitada a competência da Assembleia Geral;

(t) Autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedade coligada ou controlada;

(u) Autorizar a celebração de acordos, atos ou contratos entre a companhia e seus acionistas e pessoas ligadas;

(v) Autorizar a companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;

(w) Autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;

(x) Autorizar a alienação de bens de ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos atos enumerados nesta alínea, exceda os limites eventualmente fixados pelo próprio Conselho na reunião que anualmente eleger a Diretoria;

(y) Deliberar sobre os casos omissos bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto.

O Conselho de Administração não possui outros comitês instalados, assim como não há regimento interno próprio.

No entanto, a Companhia e suas controladas informam que tem como prática não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse, mas não há política específica estabelecida sobre a forma de contratação.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Diretoria

Compete aos Diretores, na forma prevista no Estatuto Social, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele.

Bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros.

Outros Comitês:

A Companhia não possui outros comitês instalados.

b) Membros da diretoria estatutária

A Diretoria será composta de 2 (dois) Diretores, no mínimo, e de 9 (nove) no máximo, sendo um Diretor Presidente e os demais com a designação de Diretor, todos residentes no país da sede, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Compete aos Diretores, na forma prevista neste Estatuto, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele.

Bem como, a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros, observados os preceitos e limites do Artigo 22 do Estatuto Social.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Ao Diretor Presidente compete: Convocar e presidir as reuniões de Diretoria e submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras previstas em lei e balancetes, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação; e aos Diretores sem designação: a prática dos atos e a gestão das áreas fixadas pelo Conselho de Administração ou constantes do Regimento Interno, quando aprovado.

Com as exceções previstas no Estatuto Social, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação por parte da companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador.

A Companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor:

(a) Perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;

(b) Quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à companhia;

(c) Firmar correspondência e atos de simples rotina;

(d) Endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da companhia;

(e) Para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar;

O Estatuto Social não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores, desde que as procurações sejam sempre outorgadas em nome da companhia por 02 (dois) Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.

Ao Diretor de Relações com Investidores compete a representação da Companhia perante os órgãos reguladores de Companhias de capital aberto,

bem como perante as demais instituições do mercado de capitais, fazendo cumprir a legislação aplicável.

c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por solicitação de acionistas minoritários na Assembleia Geral Ordinária realizada em 14/06/2021, na qual foram eleitos 03 (três) membros e seus suplentes, bem como, aprovada a remuneração global no valor de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

O período de seu funcionamento terminará na primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua instalação.

O número de membros do Conselho Fiscal atende ao quanto disposto no Estatuto Social da Companhia, o qual prevê que o referido Conselho será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração, obedecido o mínimo legal.

Os membros do Conselho Fiscal, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país, que atendam aos requisitos e impedimentos previstos na lei, terão a competência nela disciplinada.

Até o momento não foram criados comitês.

d) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismos de avaliação de desempenho formalizados até o momento.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando

a) prazos de convocação

As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Companhia são convocadas pelo Conselho de Administração, ou na falta deste, pelas pessoas previstas em lei, nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, mediante 3 (três) publicações do Edital.

As publicações serão feitas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e no jornal *O Informativo do Vale,* de grande circulação editado na localidade da sede, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para a primeira convocação, e de 8 (oito) dias em segunda convocação.

Salvo em casos excepcionais dispostos na Lei e nas instruções da CVM.

b) competências

Compete à Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre todos os assuntos previstos na Lei 6.404/76 e determinações específicas demandadas pela CVM.

c) endereços nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às Assembleias Gerais estarão disponíveis na sede da Companhia, localizada na Av. Senador Alberto Pasqualini, nº 1535, bairro São Cristóvão, Lajeado (RS); assim como, nos endereços eletrônicos da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br; e da B3, www.b3.com.br.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

Não há um procedimento específico adotado pela Companhia, seguindo-se as disposições legais e instruções da CVM aplicáveis.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Será aceita representação de acionistas por meio de procuração, conforme legislação vigente aplicável.

f) formalidades para aceitação de procurações outorgadas por acionistas

Quando o acionista se fizer representar por procurador, este deve estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

As procurações deverão ser depositadas na Companhia, de forma física, com prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da assembleia, sempre que exigido no edital de convocação, conforme permite o art. 17 do Estatuto Social da Companhia.

Os dados para envio postal dos documentos são:

> Destinatário: Minupar Participações S/A. – A/C Diretoria de Relações com Investidores
>
> Endereço: Av. Senador Alberto Pasqualini, nº 1535, bairro São Cristóvão, LAJEADO/RS – CEP 95913-162

Uma cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico, neste prazo, para o endereço *dri@minupar.com.br*, devendo ainda ser apresentada a via original no momento da Assembleia.

A Companhia poderá exigir o reconhecimento de firma do outorgante na procuração e seus textos devem estar de acordo com a Lei 6.404/76 e com o Código Civil Brasileiro. A regularidade da procuração será examinada antes do início das assembleias.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância

A Companhia segue as Instruções da CVM quanto ao voto à distância. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá transmitir as instruções de voto mediante: (i) envio para o seu agente de custódia; (ii) envio para o

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

escriturador do Emissor, ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. (“ITAUCOR”); (iii) envio do presente boletim diretamente à Companhia por correio postal ou eletrônico.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observados os procedimentos por eles estabelecidos, em até 7 dias antes da data de realização das Assembleias, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

O acionista que escolher exercer o seu direito de voto à distância por intermédio do escriturador da Companhia deverá transmitir as suas instruções de voto para o ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. (“ITAUCOR”), localizada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132, endereço eletrônico atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br, com atendimento aos acionistas pelos telefones 3003-9285 (de capitais e Regiões Metropolitanas) e 0800-720-8285 (das demais localidades), das 9h às 18h.

Aos acionistas titulares de ações depositadas no escriturador Itaú Corretora de Valores S.A., existe a possibilidade de participação encaminhando o boletim por meio do sistema disponibilizado pelo escriturador das ações de emissão da Companhia no endereço: https://www.itau.com.br/securitiesservices/assembleia-digital/.

Serão aceitos os boletins que forem encaminhados diretamente a Companhia, de forma física para a sede da empresa com até 7 (sete) dias antes da Assembleia, sendo que estes poderão ser adiantados por meio eletrônico, se preferir. Neste caso as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos podem ser enviados para o endereço eletrônico dri@minupar.com.br, sendo que, ainda será necessário o envio físico da via original e da cópia autenticada dos documentos requeridos, observando o prazo mencionado.

O boletim, devidamente preenchido, deve ser encaminhado ao endereço da Companhia aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, acompanhado de cópia autenticada dos documentos de identificação pertinentes (pessoa física e/ou jurídica) e comprovante da posição acionária atualizado. A Companhia comunicará o recebimento e aceitação por meio do endereço eletrônico informado no boletim em até 3 (três) dias úteis.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral, é imprescindível que: todos os campos sejam preenchidos corretamente; não hajam rasuras ou páginas rasgadas; todas as suas páginas deverão ser rubricadas; ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is) deverá assinar o boletim, conforme o caso e nos termos da legislação vigente.

Ainda, será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, acompanhado de cópia autenticada dos documentos de identificação pertinentes (pessoa física e/ou jurídica).

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não em até 3 dias, nos termos da Instrução CVM nº 481.

Caso este boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, este será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail.

Nos casos em que o boletim apresente dados insuficientes para a identificação do acionista e seu endereço de contato, a Companhia fica isenta de informar sobre a recusa do documento.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 7 dias antes da data da Assembleia Geral, sendo que, eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

h) disponibilização sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico para o recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância nas assembleias.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Para inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância, os acionistas devem fornecer ao Departamento de Relações com Investidores todas as informações e documentos necessários para que o diretor responsável cumpra as disposições da instrução CVM nº 481, observada a participação societária mínima exigida em referida instrução para que seja autorizada a indicação.

Os documentos pertinentes deverão ser encaminhados à sede da empresa ou ao endereço eletrônico, com antecedência de 25 (vinte e cinco) dias da Assembleia Geral.

A aceitação das propostas, chapas ou candidatos observará o cumprimento legal da quantidade mínima de ações necessárias de acordo com o disposto na instrução CVM nº 481.

As informações mínimas para incluir proposta de eleger administradores ou membros do conselho fiscal são:

(i) A solicitação deve vir acompanhada da indicação das vagas a que os candidatos propostos concorrerão;

(ii) deve ser elaborada com linguagem clara, objetiva e que não induza o acionista a erro;

(iii) deve conter, no máximo, 2.100 (dois mil e cem) caracteres, incluindo espaços, por matéria a ser deliberada;

(iv) deve ser formulada como uma proposta e indicar o seu autor, de modo que o acionista precise somente aprová-la, rejeitá-la ou abster-se;

(v) pode conter indicações de páginas na rede mundial de computadores nas quais as propostas estejam descritas de maneira mais detalhada ou que contenham os documentos previstos abaixo, informações complementares e traduções para outros idiomas;

(vi) As informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 deste formulário de referência.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

As indicações deverão vir acompanhadas da identificação dos acionistas que solicitaram a inclusão da proposta:

(i) A solicitação deve ser acompanhada de documentos que comprovem a identificação, a qualidade de acionista e a participação acionária ou cópia dos documentos que comprovem que o signatário tem poderes para representar o acionista;

(ii) Também deve ser acompanhada das informações constantes do Anexo 21-M-II-d instrução CVM nº 481, em caso de inclusão de proposta.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade dos acionistas para identificação:

(i) documento de identidade com foto do acionista (RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas), para pessoas físicas;

(ii) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, para pessoas jurídicas; e documento de identidade com foto do representante legal; ou

(iii) para fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade com foto do representante legal.

j) disponibilização de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

No intuito de proteger seus acionistas, principalmente os minoritários, a Companhia disponibiliza um canal direto de serviço ao acionista em seu endereço eletrônico (www.minupar.com.br) para questionamentos e solicitação de informações, podendo ser também utilizado o seu correio eletrônico (dri@minupar.com.br) para compartilhamento de comentários por parte dos acionistas.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Todas informações foram devidamente divulgadas nos tópicos acima.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a) frequência das reuniões

Segundo definido no art. 21 do Estatuto Social o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu presidente ou por qualquer um dos Conselheiros. No último exercício social, ocorreram três reuniões ordinárias e três reuniões extraordinárias.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho

Inexiste Acordo de Acionistas ou disposições que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não há regras estabelecidas de identificação e administração de conflitos de interesses.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

Descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Não existe cláusula compromissória, inserida no Estatuto, para a resolução de conflitos entre acionistas, nem entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Fernando Ataide Silva Jorge	12/06/1984	Pertence apenas à Diretoria	27/10/2021	1 (um) ano ou até o posse do substituto.	1
828.457.860-34	Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	01/11/2021	Não	0%
Contador das empresas controladas diretas e indireta e Gerente de Controladoria na controlada indireta. Em 30/11/2021 foi eleito para o cargo de Diretor das controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos, com mandato de 01 (um) ano ou até a eleição de um substituto.					
Tiago Silveira do Pinho	02/12/1980	Pertence apenas à Diretoria	18/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	2
972.321.900-00	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	18/06/2021	Não	0%
Diretor das Companhias controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos eleito em 15/07/2021, com mandato de 01 ano.					
Carina Suguita Chao	16/05/2000	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	1
400.618.648-70	Estudante	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/06/2021	Sim	100%
Não exerce outros cargos e funções.					
Livia Toschie Suguita Chao	13/01/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	1
076.434.648-20	Empresária	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/06/2021	Sim	100%
Não exerce outros cargos e funções					
Massao Fábio Oya	07/11/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	1
297.396.878-06	Conselheiro de Administração e Fiscal	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/06/2021	Não	100%
Não exerce outros cargos e funções.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Margareth Schacht Herrmann	09/08/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	1
002.407.460-82	Química Industrial de Alimentos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/06/2021	Sim	100%
Diretora Industrial não estatutária na controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.					
Chao En Hung	09/03/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	1
050.245.498-99	Empresária	20 - Presidente do Conselho de Administração	18/06/2021	Sim	100%
Diretora Presidente eleita nas controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos, de 15/07/2021 até 30/11/2021. Diretora Presidente da Companhia Minuano de Alimentos contratada em 06/12/2021.					
Cynthia Christina da Silva Vello	11/06/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	8
104.434.508-03	Administradora	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	18/06/2021	Sim	100%
Diretora Vice-presidente das Companhias controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos eleita em 15/07/2021, com mandato de 01 ano. Assumiu o cargo de Diretora Presidente das controladas Sulaves S/A e Valepar S/A em 30/11/2021.					
Samuel Heydt	18/08/1987	Conselho Fiscal	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	1
012.450.210-52	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	18/06/2021	Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções					
Celso Cândido Filho	22/10/1958	Conselho Fiscal	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	1
003.579.218-36	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	18/06/2021	Sim	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Maria Elvira Lopes Gimenez	18/05/1970	Conselho Fiscal	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	1
136.012.018-10	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	18/06/2021	Não	100%
Maria Aparecida Gomes Siqueira	20/09/1968	Conselho Fiscal	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	0
362.605.921-91	Administradora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim	0%
Não exerce.					
Roberta Castanheira do Monte Callegari	05/08/1981	Conselho Fiscal	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	0
302.099.018-10	Administradora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim	0%
Marco Antonio Mayer Foletto	24/03/1970	Conselho Fiscal	14/06/2021	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	0
480.083.380-91	Contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		Não	0%
Não exerce.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Fernando Ataide Silva Jorge - 828.457.860-34

Coordenador de Contabilidade na empresa Bolognesi Energia – Empresa do setor de Energia, Gerente de Controladoria da empresa Companhia Minuano de Alimentos – Industria do setor de Alimentos.

Tiago Silveira do Pinho - 972.321.900-00

Coordenador Administrativo Industrial na SLC Alimentos – Indústria alimentícia; Analista de Orçamento e Performance SR na empresa Neugebauer – Indústria alimentícia; Coordenador de Compliance na Companhia Minuano de Alimentos – Indústria alimentícia.

Carina Suguita Chao - 400.618.648-70

Graduação em Operations research and information engineering em andamento na Cornell University.
Curso de Empreendedorismo, Economia & Finanças na Faculdade ESEG.
Membro em Brazilian Student Association de 2018 a 2020;
Membro em Society of Women Engineers de 2018 a 2020;
Membro em Women in Business de 2018 a 2020.

Livia Toschie Suguita Chao - 076.434.648-20

Sócia de diversas empresas, atuando principalmente no setor de logística e financeiro.

Massao Fábio Oya - 297.396.878-06

Contador, especializado em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos Fiscais e Administração de Companhias Abertas. Presentemente é Conselheiro Fiscal Titular das seguintes Companhias: Centro de Imagem Diagnósticos S.A. (desde abr/21); Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa (desde abr/17), Rossi Residencial S.A. (desde abr/17), Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (desde abr/13), Whirlpool S.A. (desde abr/21 e de abr/18 a jul/20) e Bicicletas Monark S.A. (desde abr/15), sendo também Conselheiro Fiscal Suplente: Schulz S.A. (desde abr/17), Tupy S.A. (desde mai/20), Mahle Metal Leve S.A. (desde mai/20) e Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp (desde abr/21). Atualmente, também é Conselheiro de Administração da Pettenati Indústria Têxtil S.A. (desde out/18) e Minupar Participações S.A. (desde jun/21). Anteriormente foi Conselheiro Fiscal Titular das seguintes Companhias: TIM Participações S.A. (set/11 a jan/12 e mar/12 a abr/12), Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (abr/11 a abr/12), Wetzel S.A. (abr/11 a abr/12), Bardella S.A – Indústrias Mecânicas (abr/13 a abr/15), General Shopping S.A. (out/12 a abr/13), Companhia Providência Ind. e Comércio (abr/14 a mar/16), Companhia Paranaense de Energia – COPEL (abr/15 a abr/17 e abr/10 a abr/11), Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp (abr/15 a abr/17 e abr/13 a abr/14), Pettenati Indústria Têxtil S.A. (out/14 a out/18), WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. (out/11 a abr/20), Eucatex S.A. – Indústria e Comércio (jun/19 a jul/20 e de abr/15 a abr/16), São Martinho S.A. (jul/17 a jul/20) e Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (abr/17 a fev/21).
No período de 2009 a 2019, trabalhou na Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda (Associado de 2009 a 2013 e Sócio de 2013 a 2019), prestando serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa.
Caracteriza-se como Conselheiro independente, uma vez que não possui vínculos com o acionista controlador ou outro grupo com participação relevante, não presta ou prestou serviços para a Companhia e suas controladas nem exerce outras funções nestas. O Conselheiro também é independente em relação aos demais administradores da Companhia, bem como, não depende financeiramente da remuneração.

Margareth Schacht Herrmann - 002.407.460-82

Graduada em Química Industrial de Alimentos pela UNIJUI / UERGS em 2006; Pós graduanda MBA em Administração em Agronegócios e Biotecnologia - UNINTER. Atua há 15 anos no ramo de frigoríficos, nas Áreas de Qualidade, Excelência Industrial e Administração. Já atuou em empresas como Senfter, BRF, Marfrig e JBS. De abril de 2016 até os dias atuais é Diretora da Companhia Minuano de Alimentos.

Chao En Hung - 050.245.498-99

Graduação em Medicina na Universidade de São Paulo (USP).
Agropecuarista há 36 anos. Trabalhou no mercado financeiro por 18 anos.

Cynthia Christina da Silva Vello - 104.434.508-03

Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Bandeirantes – 2003;
Diretora na Solidez Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários.

Samuel Heydt - 012.450.210-52

Graduado em Administração na Univates (RS) em 2014.
Atuou por 14 anos no setor de RH na Companhia Minuano de Alimentos, como Coordenador durante um longo período. Atuou como Diretor de Relações com Investidores na Minupar Participações S/A de 2017 a 2020. Atualmente é Consultor Estratégico de Empresas.

Celso Cândido Filho - 003.579.218-36

Trabalhou na Bolsa por 25 anos como operador de pregão.
Advogado autônomo desde 2002, inscrito na OAB/SP sob o nº 197.336.

Maria Elvira Lopes Gimenez - 136.012.018-10

Economista, especializada em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas. Presentemente é Conselheira Fiscal Titular: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, WLM Participações e Comercio de Máquinas e Veículos S.A. e Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., suplente nas seguintes empresas: Whirlpool S.A, Bicicletas Monark S.A., Pettenati Indústria Têxtil S.A., Tronox Pigmentos do Brasil S.A., Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa, Rossi Residencial S.A. Centro de Diagnósticos S.A. e Eucatex S.A. Anteriormente, foi Conselheira Fiscal Titular da AES Tietê S.A., Suplente da Companhia Providência Ind. e Com. S.A. e São Martinho S.A.
No período de 2013 a 2019 trabalhou na Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda/ Jorge Lepeltier Consultores Associados, na coordenação financeira, administrativa e governança corporativa.

Maria Aparecida Gomes Siqueira - 362.605.921-91

Formada na Faculdade Superior FMV em 2004 – São Paulo. Pós Graduação Administração Hospitalar – Faculdade São Camilo – São Paulo -2007; Trabalhou na Empresa Solidez por 13 anos e atualmente é empresária.

Roberta Castanheira do Monte Callegari - 302.099.018-10

Formação Acadêmica: Superior Completo em Administração de Empresas, Cursado na Universidade Cruzeiro do Sul; Trabalhou na área administrativa da Solidez Corretora de Cambio Títulos e Valores Mobls Ltda por aproximadamente 17 anos.

Marco Antonio Mayer Foletto - 480.083.380-91

Sólida atuação em Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Compliance, Controladoria e Finanças, na gestão e implantação de estratégias e processos de negócio em empresas multinacionais dos segmentos de autopeças, aviação, biotecnologia, fertilizantes, financeiro, máquinas e equipamentos, siderurgia/mineração e tecnologia.
Membro de Conselho de Administração, de Conselho Fiscal e de Comitês de Auditoria, de Finanças, de Gestão de Riscos.
Vivência em ambiente internacional liderando times multiculturais (EUA, Am. Latina, Ásia e Europa) e trabalhando nos EUA, Holanda, México e Índia.
Significativa experiência em gestão do relacionamento com instituições financeiras, credores, fornecedores, clientes e sócios.
Visão sistêmica e capacidade de gestão de negócios, de processos e de equipes multifuncionais.
Grande habilidade no desenvolvimento de pessoas e de equipes de alto desempenho.
PROCERGS - Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário (Membro Independente) - Nov/20 a Out/22
METALÚRGICA GERDAU - Conselheiro Fiscal Suplente – Jul/20 a Abr/21
MARISA LOJAS - Conselheiro Fiscal Independente – Jul/20 a Abr/21
GENERAL SHOPPINGS - Conselheiro Fiscal Independente - Mai/19 a Abr/21
CIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - Abr/19 a Mar/22 - Membro Independente do Comitê de Elegibilidade e Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário
HOSPITAL CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário – Jan/19 a Dez/21
PETROBRAS TRANSPORTE - TRANSPETRO –- Out/18 a Set/22 - Presidente do Conselho de Administração –Nov/18 a Abr/19; Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário – A partir de Nov/18; Conselheiro de Administração Independente – A partir de out/18.
CORSAN - Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário (Membro Independente) - Jul/18 a Jun/21
BANRISUL - Conselheiro de Administração Independente –- Mar/18 a Ago/19
INDG- FALCONI - Conselheiro Fiscal Independente – Abr/15 a Jul/17
CONSULTOR INDEPENDENTE - Fev/17 a Ago/18 - Desenvolvimento de negócios em start-up com foco em inovação e utilização de tecnologia (ciência de dados, investigações corporativas e CRM).
SUPERBAC BIOTECH - Diretor Financeiro (Interino) – Mar/16 a Jan/17 - Preparação dos processos de back office da start-up para possibilitar aporte de capital (R$ 250 MM) por investidor estrangeiro. Líder das equipes de Finanças, Controladoria, Planejamento, RH, Jurídico, TI , na implantação da estrutura de relatórios gerenciais, gestão por indicadores e processo de budget/rolling forecast e nas due diligences para aporte de capital.
Responsável pela readequação da estrutura de dívida (R$ 300MM) via renegociação de taxas e prazos (alongamento da dívida existente), captação BRDE e estruturação de debênture/CRA.
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL- Diretor de Auditoria - Jun/15 a Mar/16 - Coordenação do Comitê de Auditoria. Gestão do processo e equipe de Auditoria Interna. Revisão e reestruturação dos processos de auditoria permitindo aumento da produção e produtividade da área como resultado de ações de redução da equipe e de mais de 50% do tempo dispendido no planejamento/execução/reporte dos resultados, a partir do planejamento da auditoria baseada em avaliação de riscos.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Fernando Ataide Silva Jorge - 828.457.860-34

N/A

Tiago Silveira do Pinho - 972.321.900-00

N/A

Carina Suguita Chao - 400.618.648-70

N/A

Livia Toschie Suguita Chao - 076.434.648-20

N/A

Massao Fábio Oya - 297.396.878-06

N/A

Margareth Schacht Herrmann - 002.407.460-82

N/A

Chao En Hung - 050.245.498-99

N/A

Cynthia Christina da Silva Vello - 104.434.508-03

N/A

Samuel Heydt - 012.450.210-52

N/A

Celso Cândido Filho - 003.579.218-36

N/A

Maria Elvira Lopes Gimenez - 136.012.018-10

N/A

Maria Aparecida Gomes Siqueira - 362.605.921-91

N/A

Roberta Castanheira do Monte Callegari - 302.099.018-10

N/A

Marco Antonio Mayer Foletto - 480.083.380-91

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não mantém comitês estruturados.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Chao En Hung	050.245.498-99	Minupar Participações S/A	90.076.886/0001-40	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Livia Toschie Suguita Chao	076.434.648-20	Minupar Participações S/A	90.076.886/0001-40	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

Tiago Silveira do Pinho — 972.321.900-00 — Subordinação — Controlada Indireta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Companhia Minuano de Alimentos — 84.430.800/0001-32

Coordenador de Compliance

Observação

Administrador do Emissor

Fernando Ataide Silva Jorge — 828.457.860-34 — Subordinação — Controlada Indireta

Diretor de Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Companhia Minuano de Alimentos — 84.430.800/0001-32

Contador e Gerente de Controladoria

Observação

Administrador do Emissor

Fernando Ataide Silva Jorge — 828.457.860-34 — Subordinação — Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Sulaves S/A. — 93.463.289/0001-66

Contador

Observação

Administrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Fernando Ataide Silva Jorge	828.457.860-34	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Valepar S/A.	93.463.305/0001-10		
Contador			
Observação			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
Tiago Silveira do Pinho	972.321.900-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Companhia Minuano de Alimentos	84.430.800/0001-32		
Supervisor de Compliance			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fernando Ataide Silva Jorge	828.457.860-34	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Companhia Minuano de Alimentos	84.430.800/0001-32		
Contador e Gerente de Controladoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fernando Ataide Silva Jorge	828.457.860-34	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Sulaves S/A.	93.463.289/0001-66		
Contador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fernando Ataide Silva Jorge	828.457.860-34	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Valepar S/A.	93.463.305/0001-10		
Contador			
Observação			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor			
Tiago Silveira do Pinho	972.321.900-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Companhia Minuano de Alimentos	84.430.800/0001-32		
Supervisor de Compliance			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fernando Ataide Silva Jorge	828.457.860-34	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Relações com Investidores			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Companhia Minuano de Alimentos	84.430.800/0001-32		
Contador e Gerente de Controladoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fernando Ataide Silva Jorge	828.457.860-34	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Sulaves S/A.	93.463.289/0001-66		
Contador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fernando Ataide Silva Jorge	828.457.860-34	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Valepar S/A.	93.463.305/0001-10		
Contador			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Não há disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício das funções da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Todas as informações julgadas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Remuneração dos administradores

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não apresenta Política de Remuneração dos Administradores formalizada, sendo que as práticas utilizadas alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções, bem como as condições financeiras da Companhia.

b) composição da remuneração

A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembleia Geral Ordinária, conforme a Lei 6.404/76, com o pagamento mensal de honorários fixos, dos quais são feitos os devidos descontos legais. A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de remuneração variável, bem como não tem membros não remunerados.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia não adota indicadores de desempenho estabelecidos para determinar elementos da remuneração.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia não adota indicadores de desempenho estabelecidos para determinar elementos da remuneração.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração alinha-se diretamente aos resultados da Companhia e evolução do mercado.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos administradores é suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

Para definição dos valores a serem praticados como remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria ocorre em Reunião do Conselho de Administração, observando-se o valor aprovado na Assembleia Ordinária e levando em consideração as condições financeiras da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	144.000,00	72.000,00	72.000,00	288.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	144.000,00	72.000,00	72.000,00	288.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	80.075,00	52.133,00		132.208,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	80.075,00	52.133,00		132.208,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	102.222,00	76.654,00		178.876,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	102.222,00	76.654,00		178.876,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	100.945,81	76.772,54		177.718,35
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	100.945,81	76.772,54		177.718,35

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

A Companhia não reconheceu valores de remuneração variável para membros do Conselho de Administração e da Diretoria, nos três últimos exercícios socias.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A Companhia não apresenta prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não tem remuneração baseada em ações, para membros do Conselho de Administração e da Diretoria, reconhecida no resultado nos três últimos exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária não possuem opções em aberto a ser informada.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária não possuem opções exercidas e/ou ações entregues no período.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

O emissor não possui situações divulgadas nos itens relacionados.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A quantidade de ações direta ou indiretamente detidas, no Brasil, emitidos pelo emissor, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, estão indicadas abaixo:

Empresa	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
	ON	ON	ON
Minupar Participações S/A.	3.713.028*	-	-

* Deste total, 3.417.517 ações são detidas por membro Diretor.

Todas as informações foram atualizadas com base em 22.06.2021.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não tem planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,00	3,00	3,00	3,00	4,00	4.00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	3,00	3,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneração	26.000,00	26.268,00	26.343,07	26.000,00	25.779,00	26.221,21
Valor da menor remuneração	2.000,00	23.214,00	24.086,40	7.670,00	20.654,00	23.206,68
Valor médio da remuneração	10.427,00	25.115,00	25.590,85	20.019,00	29.673,00	25.236,45

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2018	2019	2020
Conselho de Administração	23%	24%	-%
Diretoria Executiva	-%	-%	-%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

No último exercício social foi reconhecido o pagamento de honorários advocatícios no valor de R$150 mil ao então Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sr. Welinton Balderrama dos Reis, para atuação no processo nº 017/1.13.0002978-6 (descrito no item 4.3 deste Formulário), como advogado.

Para os demais membros da administração, nos três últimos exercícios não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração por qualquer razão que não as funções que ocupam.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A remuneração dos administradores é totalmente suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Descrever os recursos humanos do emissor

Nos três últimos exercícios o emissor não manteve funcionários.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1

Não ocorreram alterações com relação ao divulgado no item anterior.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor

Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários, não há políticas de remuneração definidas.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários não há relacionamento com sindicatos.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

Ana Cristina Ribeiro Morales					
087.327.908-56	brasileiro-SP	Não	Não	19/03/2021	
55.000	0,775	0	0,000	55.000	0,775

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Chao En Ming					
019.210.358-03	SP	Não	Sim	25/10/2019	
17.500	0,246	0	0,000	17.500	0,246

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Francisco Asclépio Barroso Aguiar					
170.810.253-15	brasileiro-BA	Não	Não	14/11/2019	
382.189	5,382	0	0,000	382.189	5,382

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**

Helenice Honorio Morales

166.263.738-11	brasileira-SP	Não	Não	16/06/2021	
256.000	3,605	0	0,000	256.000	3,605

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

J.O.M. Participações e Empreendimentos Mobiliários Ltda.

68.919.034/0001-18	SP	Não	Não	15/06/2021	
239.000	3,366	0	0,000	239.000	3,366

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

José Oswaldo Morales Júnior

066.016.438-82	SP	Não	Não	08/06/2021	
409.000	5,760	0	0,000	409.000	5,760

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

Livia Toschie Suguita Chao

076.434.648-20	Brasileira-SP	Não	Sim	05/10/2016	
295.500	4,162	0	0,000	295.500	4,162

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Maria Antonia Ribeiro Morales

352.809.948-80	brasileira-SP	Não	Não	19/03/2021	
18.000	0,253	0	0,000	18.000	0,253

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Maria Beatriz Ribeiro Morales

407.079.238-40	brasileira-SP	Não	Não	19/03/2021	
18.000	0,253	0	0,000	18.000	0,253

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Maria Clara Ribeiro Morales					
352.809.958-51	brasileira-SP	Sim	Não	19/03/2021	
18.000	0,253	0	0,000	18.000	0,253

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
1.991.894	28,058	0	0,000	1.991.894	28,058
Serra do Roncador Participações Ltda					
11.277.211/0001-92	SP	Não	Sim	05/10/2016	
1.719.479	24,218	0	0,000	1.719.479	24,218

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

TOTAL					
7.100.100	100,000	0	0,000	7.100.100	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ZZL Participações S.A.					
11.743.875/0001-08	SP	Não	Sim	23/10/2019	
1.680.538	23,669	0	0,000	1.680.538	23,669

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Serra do Roncador Participações Ltda				**11.277.211/0001-92**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Chao En Ming					
019.210.358-03	SP	Não	Sim		
30.789	99,000	0	0,000	30.789	99,000
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Livia Toschie Suguita Chao					
076.434.648-20	SP	Não	Não		
311	1,000	0	0,000	311	1,000
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Serra do Roncador Participações Ltda				**11.277.211/0001-92**	
31.100	100,000	0	0,000	31.100	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ZZL Participações S.A.				**11.743.875/0001-08**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Cynthia Christina da Silva Vello					
104.434.508-03	brasileira-SP	Não	Não	08/11/2018	
1	0,100	0	0,000	1	0,100
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Serra do Roncador Participações Ltda					
11.277.211/0001-92	SP	Não	Sim	08/11/2018	
999	99,900	0	0,000	999	99,900
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ZZL Participações S.A.				**11.743.875/0001-08**	
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Serra do Roncador Participações Ltda				**11.277.211/0001-92**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Chao En Ming					
019.210.358-03	SP	Não	Sim		
30.789	99,000	0	0,000	30.789	99,000
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Livia Toschie Suguita Chao					
076.434.648-20	SP	Não	Não		
311	1,000	0	0,000	311	1,000
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Serra do Roncador Participações Ltda				**11.277.211/0001-92**	
31.100	100,000	0	0,000	31.100	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	14/06/2021
Quantidade acionistas pessoa física	2.541
Quantidade acionistas pessoa jurídica	61
Quantidade investidores institucionais	0

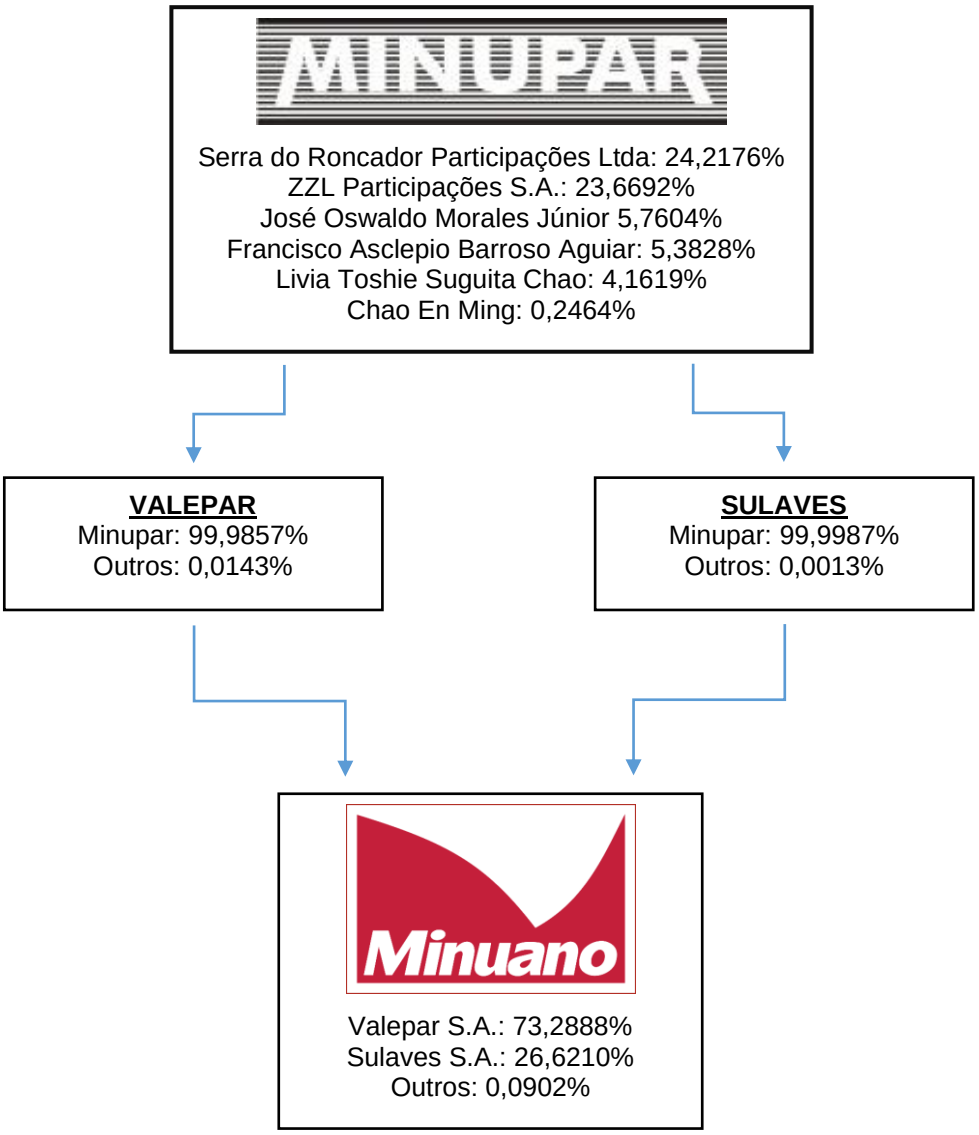
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	3.387.072	47,705%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	3.387.072	47,705%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

ORGANOGRAMA SOsocietário DO GRUPO MINUPAR



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor

Não há acordo de acionistas arquivado na sede do emissor.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Acionista	2018		2019		2020	
Serra do Roncador Participações Ltda	1.719.479	24,2177%	1.719.479	24,2177%	1.719.479	24,2177%
Chao En Ming	722.667	10,1783%	17.500	0,2464%	17.500	0,2464%
Livia Toshie Suguita Chao	298.800	4,2084%	295.500	4,1619%	295.500	4,1619%
ZZL Participações S.A.	975.371	24,2177%	1.680.538	23,6692%	1.680.538	23,6692%
Welinton Balderrama dos Reis	100	0,0014%	100	0,0014%	100	0,0014%
Cynthia Christina Da Silva Vello	1	0,0000%	1	0,0000%	1	0,0000%

Utilizada como base a data de encerramento de cada exercício social.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor

Não ocorreram operações societárias com efeito relevante para o emissor nos últimos três exercícios sociais.

Em 15 de julho de 2020 a Companhia recebeu a informação da acionista controladora SERRA DO RONCADOR PARTICIPACOES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 11.277.211/0001-92, possuidora de 1.719.479 ações ON (24,2177% do Capital Social da Companhia), acerca de seu interesse em realizar Oferta Pública de Aquisição (OPA) para o cancelamento de registro da Companhia MINUPAR PARTICIPACOES S.A (fechamento de capital) na Bolsa de Valores, nos termos estabelecidos pela Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002.

Após realizados todos os trâmites legais, o leilão ocorreu em 19.03.2021, mas não alcançou a quantidade mínima de ações apta para o fechamento de capital da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

A Companhia não possui regra ou política formal sobre partes relacionadas, entretanto segue as normas e legislação aplicáveis sobre o assunto. A realização pela Companhia de operações e negócios com partes relacionadas é amparada por análises prévias de suas condições, visando sempre o melhor interesse da Companhia. Dessa forma, nas transações efetuadas com partes relacionadas, sempre baseadas no objeto de cada transação, são analisados preços, condições e práticas usualmente de mercado visando não gerar qualquer benefício ou prejuízo que não sejam decorrentes de condições normais de mercado a qualquer uma das partes.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	22/03/2012	1.364.850,00	R$ 16.153.619 em 31/12/2020	Não é possível alferir	Indeterminado	SIM	2,340000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Serra do Roncador Participações Ltda	31/05/2012	32.958.522,00	R$ 16.141.056 em 31/12/2020	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	2,340000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas à alta Administração da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Os administradores da Companhia, por sua vez, ao deliberarem acerca da celebração de um contrato entre partes relacionadas estão munidos de opiniões e pareceres técnicos que suportam que determinada operação comercial/financeira celebrada com partes relacionadas, é a melhor opção para a Companhia.

É vedado a qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração votar em deliberação acerca da matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações entre as partes relacionadas são realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
03/06/2016	120.107.800,00		7.100.100	0	7.100.100
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
03/06/2016	0,00		1.500.000.000	0	1.500.000.000

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou aumento de capital nos últimos três exercícios.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou desdobramentos, grupamentos ou bonificações nos últimos três exercícios sociais.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou redução de capital nos últimos três exercícios.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O Estatuto Social assegura a distribuição de 25%, no mínimo, do lucro liquido aos acionistas como dividendo obrigatório.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	Na forma da Lei.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A alteração dos direitos assegurados pelo estatuto social dependerão de reforma estatutária, a ser deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras estatutárias que limitam o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções e cláusulas suspensivas nos estatutos relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social **31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.033.345	6,80	3,99	R$ por Unidade	5,58
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.173.219	5,78	3,52	R$ por Unidade	4,25
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.843.696	9,40	5,02	R$ por Unidade	6,12
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.578.165	7,30	5,62	R$ por Unidade	6,24

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.783.872	7,15	5,00	R$ por Unidade	5,89
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.837.964	7,30	1,80	R$ por Unidade	4,02
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.248.273	6,90	4,60	R$ por Unidade	6,11
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	882.557	2,50	2,05	R$ por Unidade	2,31

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.859.997	3,20	2,40	R$ por Unidade	2,80
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.957.167	3,00	2,40	R$ por Unidade	2,70
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	720.097	2,82	2,01	R$ por Unidade	2,42
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	766.522	2,78	2,20	R$ por Unidade	2,49

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Os valores mobiliários de emissão da Companhia são admitidos à negociação na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão, em São Paulo.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A emissora não apresenta negociação de ações em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A emissora não tem títulos emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos três últimos exercícios não ocorreram ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários

Nos três últimos exercícios o emissor não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Nos três últimos exercícios não ocorreram ofertas públicas de aquisição pela Companhia, de ações de emissão de terceiros.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem plano de recompra das ações.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não adotou política de negociação de valores mobiliários.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Companhia tem como propósito elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados por todos os administradores, pessoas a eles vinculadas e relacionadas, em virtude de seu cargo, função ou posição na controladora e nas sociedades controladas, que tenham conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e na divulgação de informações relevantes.

Princípios da comunicação corporativa

Ética - Todas as pessoas vinculadas à Companhia deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores de boa-fé, lealdade e veracidade.

Acesso à Informação – É essencial que a Companhia garanta a disponibilidade de informações relevantes com regularidade e qualidade.

Igualdade de Tratamento - A informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos acionistas e investidores da Companhia, para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo. O relacionamento da Companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários dar-se-á de modo uniforme e transparente. O fluxo de informações será contínuo, mesmo em situações de crise.

Transparência – As informações disponibilizadas ao público investidor devem pautar-se pela transparência, ou seja, devem refletir fielmente as operações e a situação econômico-financeira da companhia, bem como, toda divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou qualquer outra divulgação de informação, deverá observar o disposto na legislação em vigor.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Liberdade de Decisão – As decisões de investimento (venda, compra ou permanência) são atos exclusivos de cada investidor, bem como a busca pelos melhores retornos que se devem pautar pela análise e pela interpretação da informação divulgada ao mercado.

Práticas de divulgação de resultados da Companhia

A Companhia utiliza para comunicação com o público investidor as práticas abaixo:

Relatórios Obrigatórios

Os relatórios obrigatórios são encaminhados pela Companhia na forma e prazo estipulados em lei e na regulamentação aplicável, simultaneamente à CVM, BM&BOVESPA e site da Companhia.

Informativos

(i) Notas de atos ou fatos relevantes e avisos são publicados em jornais de grande circulação na sede da Companhia e no local onde a Companhia tem negociadas as suas ações.

(ii) Editais de convocação de Assembleias Gerais são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e jornal O Informativo do Vale, que tem grande circulação no local da sede da Companhia.

(iii) As demonstrações contábeis, atas de assembléias e atas de reuniões de Conselho de Administração são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e jornal O Informativo do Vale, que tem grande circulação no local da sede da Companhia.

Qualquer divulgação de informativos deve levar em consideração as disposições aplicáveis aos relatórios obrigatórios descritos acima.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Site da Companhia

O site da Companhia é um importante veículo de comunicação da Companhia com o público em geral e, em especial, com seu mercado de capitais, o qual deve conter a totalidade das informações relevantes com regularidade, qualidade e equidade. Deve ser mantido continuamente atualizado e conter, minimamente: a totalidade das informações da Companhia enviadas para a CVM.

Rumores

Salvo deliberação da Diretoria, a Companhia não se manifestará sobre rumores ou especulações existentes no mercado a seu respeito.

Feedback à Administração

É responsabilidade da área de Relações com Investidores manter a administração da Companhia informada sobre a percepção do mercado em relação aos resultados, estratégias e perspectivas da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

Informação relevante consiste em qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e BM&FBOVESPA, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, inclusive por meio de anúncio publicado em jornal de grande circulação.

Em circunstâncias especiais, poderá submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando os administradores entenderem que a divulgação pode colocar em risco interesse legítimo da companhia.

Procedimentos internos para informar e divulgar ato ou fato relevante da Companhia

Todas as informações sobre ato ou fato relevante da Companhia serão consubstanciadas em um documento elaborado pelo Diretor de Relações

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

com Investidores (o “Documento de Divulgação”), o qual poderá solicitar a participação dos Diretores da Companhia, envolvidos ou não no ato ou fato que deu origem ao ato ou fato relevante.

Uma vez elaborado, o documento de divulgação será encaminhado pelo Diretor de Relações com Investidores para a sua publicidade no mercado de valores mobiliários.

Os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários e executivos com acesso a informação relevante ou qualquer dos integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia observarão os critérios que versam sobre a disponibilização de informações privilegiadas, bem como o seu uso na negociação dos valores mobiliários.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações ao mercado, assessorado pelos demais Diretores da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.